ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 46 — Série VII — N.º 121
9 de Abril de 1976

Preço: 4$00
Angola e Moçambique: 9$50

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português ★ Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57 - 3.º – Tels. 76 97 05 - Telex - 13411 – Composição e Impressão - Heska Portuguesa - Distribuição –CDL, R. Pedro Nunes, 9-A Telef.43537-40605-41787

PELA DEMOCRACIA, PELO SOCIALISMO

Rodeado de entusiasmo popular no Porto, como a gravura parcialmente documenta, o candidato comunista foi vibrantemente acolhido também em terras alentejanas e no Algarve, durante o último fim-de-semana

Milhares de portugueses participaram em manifestações e comícios de apoio à candidatura do camarada Octávio Pato às eleições para a Presidência da República — **Págs. 3, 4 e 5**

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS

Os princípios da candidatura apoiada pelo PCP: uma candidatura ao serviço da defesa das conquistas da revolução, do reforço da unidade das forças progressistas, da formação de uma maioria de esquerda na Assembleia da República e de um governo de esquerda—**Pág. 2**

AVANTE NA DIVULGAÇÃO DA ORIENTAÇÃO DO PARTIDO!

A complexa situação que rodeia as eleições para a Presidência da República exige da parte de todos os militantes e simpatizantes do Partido um vigoroso esforço para a divulgação da orientação do PCP, uma correcta compreensão das necessidades do momento presente que permita uma campanha virada para o esclarecimento, o debate fraternal, o reforço e alargamento da unidade em todos os sectores.

O estudo e discussão dos materiais do Partido é uma tarefa imperiosa! Cada militante deve procurar, através dos documentos e proclamações do Partido, dos discursos dos camaradas da direcção documentar-se para que, nos seus locais de trabalho, no convívio de todos os dias, possa esclarecer dúvidas que surjam, combater a calúnia e o divisionismo, fortalecer a unidade e a consciência das massas populares.

Não basta mobilizar para os comícios e sessões, não basta distribuir cartazes, panfletos! **Cada militante tem de ser um esclarecedor, um organizador, um propagandista!**

- As manobras divisionistas surgidas em torno do papel das **organizações populares** são abordadas com muita clareza no discurso pronunciado em Évora pelo camarada Octávio Pato, que sublinha a orientação do PCP face à questão.
- A posição do PCP face à **unidade das Forças Armadas** é exposta na Declaração de Princípios da candidatura, que expõe também as propostas do nosso Partido face ao conjunto dos problemas políticos do País.
- **A absoluta necessidade de uma grande votação no camarada Octávio Pato** para que, seja qual for o resultado das eleições presidenciais, estas constituam mais uma etapa no fortalecimento da democracia rumo ao Socialismo é analisada em vários documentos, nomeadamente na proclamação da Comissão Nacional de Apoio.
- **O discurso do camarada Álvaro Cunhal,** pronunciado no comício do Campo Pequeno e que o «Avante!» publicou na íntegra no seu último número continua a constituir um texto **essencial** que todo o Partido deve estudar e utilizar.

Avante na divulgação da orientação do Partido!

VOTEMOS EM MASSA NO CAMARADA OCTÁVIO PATO!

Proclamação da Comissão Nacional de Apoio à candidatura de Octávio Pato — **Pág. 2**

Editorial

A CANDIDATURA NECESSÁRIA

A apresentação de uma candidatura comunista às eleições presidenciais de 28 de Junho — a do camarada Octávio Pato — integra-se no conceito de independência política da classe operária e do seu Partido no processo democrático.

A independência política da classe operária — a classe ascendente — não colide antes coincide com os interesses populares mais amplos.

Ao bater-se por uma autêntica democracia política, económica, social e cultural, ao bater-se pelo fim da exploração do homem pelo homem sob todas as suas formas, a classe operária identifica-se com as aspirações populares mais sentidas, com os interesses mais gerais da população trabalhadora e os de todos os homens, mulheres e jovens progressistas.

Porém, a apresentação da candidatura de Octávio Pato não obedeceu apenas a razões de princípio. Obedeceu, principalmente, à necessidade de uma intervenção política independente da classe operária e do seu Partido – o PCP – na conjuntura nacional actual, à necessidade de barrar o caminho à direita reaccionária e ao fascismo nas complexas condições actuais e de assegurar de maneira efectiva a formação de uma maioria política de esquerda e de um governo de esquerda com o PCP, segundo a vontade expressa pelo povo português nas eleições para a Assembleia da República.

Não é hoje possível defender e consolidar a democracia portuguesa nem concebível levar por diante a revolução democrática em Portugal na direcção do socialismo — como é apontado na Constituição do País — sem unir numa vasta frente política as forças mais representativas da democracia e do progresso social, designadamente comunistas e socialistas, e sem garantir de maneira firme a direcção política dessas forças nos órgãos do Poder e nas instituições democráticas.

Certas forças e dirigentes políticos de esquerda não vêem ou não querem ver as perspectivas e também os perigos reais da hora presente.

Não vêem por exemplo, ou não querem ver que, pela primeira vez, as forças da esquerda têm a possibilidade histórica de construirem um estado autenticamente democrático, virado para a defesa dos interesses primordiais do povo trabalhador.

Não vêem, por outro lado, ou não querem ver que a direita reaccionária, representada principalmente pelo PPD e o CDS, manobra activamente, através da sua colagem a um candidato com probabilidades de vencer a corrida eleitoral para a Presidência da República, para obterem a hegemonia política que não puderam arrancar nas eleições para a Assembleia da República.

O povo português deu de maneira inequívoca a sua escolha às forças de esquerda, designadamente socialistas e comunistas, mas as tendências de direita de alguns destacados dirigentes do PS podem frustrar a vontade do povo.

A defesa e a concolidação da democracia portuguesa passa hoje pela estabilização e a defesa da ordem democrática, pela unidade das forças de esquerda, designadamente de socialistas e comunistas, e pela participação activa e conjunta das Forças Armadas em torno de um projecto democrático, ou seja a defesa e aplicação da Constituição.

É para lutar por estes importantes objectivos que se tornou necessária a candidatura comunista de Octávio Pato à Presidência da República ante a impossibilidade prática de se conseguir a escolha unânime pelas Forças Armadas e pelos partidos de esquerda vencedores das últimas eleições, de um candidato militar integrado no espírito libertador da Revolução de Abril.

A candidatura de Octávio Pato não é uma candidatura de contestação. É uma contribuição política para o prosseguimento do processo democrático.

É para a defesa desses objectivos que a candidatura de Octávio Pato não se apresenta como de oposição aos candidatos militares que desempenham altas funções no aparelho de Estado mas se propõe esclarecer largamente o povo português sobre as perspectivas e os perigos reais da hora presente e sobre a forma de unir a esquerda e o antifascismo português para o desempenho da sua função histórica.

Compreende-se porque contra a candidatura comunista abrem fogo os reaccionários de todos os matizes e aqueles que têm como objectivo dividir as forças democráticas e confundir as massas.

A divisão, a indefinição de objectivos práticos, a confusão, são características da candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho.

Os grupos conhecidos pelo seu divisionismo e reduzida expressão política — como ficou sobejamente revelado nas últimas eleições — que lançaram esta candidatura, reeditam graves erros do passado que causaram prejuízos irreparáveis à revolução e estão a confundir as massas politicamente menos esclarecidos com a sua demagogia e as suas falsas promessas.

Quem ouviu Otelo no último domingo, no Parque Eduardo VII comprometer-se com realizações que manifestamente não poderia levar à prática se fosse eleito, não pode deixar de recordar-se doutros compromissos feitos em ocasiões decisivas da revolução portuguesa quando tinha nas suas mãos a possibilidade de fazer quase tudo o que prometeu agora.

Certa linguagem pseudo-revolucionária continua a ser demagogia que só pode confundir os trabalhadores. A maturidade política da classe operária portuguesa já não possibilita, porém, um largo terreno de manobra ao revolucionarismo de frase.

Otelo aparece de novo ligado àqueles grupos civis pseudo-revolucionários que, como lapas fixadas no COPCON, têm altas responsabilidades no agravamento de conflitos do MFA e em recuos e derrotas das forças progressistas.

Esta candidatura não constitui uma contribuição, nem para a unidade dos militares que estão com o processo democrático, nem para a unidade da classe operária e do movimento operário.

Passada a campanha, pouco ou nada ficará dela, a não ser a tentativa de reagrupamento de sectores esquerdistas e contestatários que nenhuma influência positiva terão na defesa das liberdades e dos interesses dos trabalhadores na construção da democracia portuguesa.

A candidatura comunista de Octávio Pato está a encontrar a compreensão das massas trabalhadoras da cidade e do campo. O apoio ao candidato comunista é o apoio da consciência política das massas que aprenderam muito no decurso destes dois anos de revolução.

A classe operária, todos os trabalhadores progressistas portugueses, tomam crescente consciência de que um grande movimento de opinião em torno da candidatura comunista e uma grande votação em Octávio Pato constituem uma contribuição indispensável para a defesa dos interesses dos trabalhadores, para a defesa das liberdades e das outras defesas da revolução (a Reforma Agrária, as Nacionalizações, o Controlo Operário), para a construção da democracia, para tornar possível a formação de um governo de esquerda, que (para o ser) terá necessariamente de contar com a participação do PCP.

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DO CANDIDATO DO PCP

"A campanha da minha candidatura será animada por um espírito construtivo e unitário, pela finalidade de ser uma contribuição positiva para a solução dos problemas nacionais, para a estruturação e composição política dos órgãos do Estado, que permitam assegurar em ordem e em paz o prosseguimento do processo democrático"

1

A minha qualidade de candidato proposto por um partido, o Partido Comunista Português, impôs-me a obrigação de declarar, aquando da apresentação da minha candidatura, que não alterámos o nosso ponto de vista segundo o qual o Presidente da República não deve realizar uma política partidária. O Presidente da República deve orientar-se pela preocupação fundamental de defender e fazer cumprir a Constituição, as liberdades, as garantias, os princípios e os preceitos nela consagrados, em absoluta igualdade para todos os portugueses.

Mas não pode, evidentemente, permitir-se que as garantias constitucionais sirvam de abrigo às forças da contra-revolução fascista e fascizante que, violando sistematicamente a Constituição, conspiram para destruir a jovem democracia portuguesa e instaurar uma nova ditadura.

A liquidação do terrorismo e do banditismo, a eliminação da corrupção, da pornografia, da droga, da calúnia e da difamação como armas políticas, o efectivo impedimento da violação da ordem democrática, a garantia do exercício das liberdades e dos direitos dos cidadãos em todo o território nacional são medidas da maior urgência para a edificação de um regime democrático estável que possa resolver os grandes problemas nacionais.

Nas recentes eleições para a Assembleia da República, o Povo português votou contra a direita reaccionária, contra a desordem, a violência e a instabilidade. Votou por uma maioria de esquerda, pela ordem democrática.

Dando a maioria a partidos democráticos, o Povo português criou possibilidades reais para a formação de um Governo de esquerda, o único que, pela realização de uma política correspondente aos interesses e aspirações populares poderá consolidar e alargar a sua base de apoio e realizar o regime democrático que a Constituição define. O Presidente da República não pode contrariar esse significado da votação popular, antes deve favorecer a sua concretização.

Convém sublinhar, neste ponto, que a Constituição embora conferindo ao Presidente poderes importantes, limita esses mesmos poderes pelos que estabelece para os outros órgãos de soberania. O Presidente da República tem que ouvir o Conselho da Revolução. A política e a acção governativa são da competência do Governo e da Assembleia da República. E esta, onde existe uma maioria de socialistas e comunistas, detem também o fundamental da competência legislativa. Por tudo isto fica claro que se aparecem candidatos à Presidência da República a prometer mundos e fundos e a insinuar que vão ser governo, estão a fazer pura demagogia.

2

A democracia portuguesa só poderá construir-se na base da defesa e consolidação das nacionalizações e do controlo operário, do prosseguimento e realização da Reforma Agrária, do prosseguimento das transformações das estruturas económicas e sociais alcançadas nos últimos dois anos.

Uma dinâmica de estabilização económica e de desenvolvimento fundada na perspectiva do restabelecimento do capitalismo monopolista, no agravamento da exploração dos trabalhadores e na consequente elevação dos lucros, da acumulação dos investimentos, significaria, não apenas a liquidação das conquistas económicas e sociais alcançadas desde 25 de Abril de 1974, mas a liquidação das próprias liberdades, a liquidação da própria democracia.

Uma tal política económica e financeira, encontrando inevitavelmente a enérgica resistência da classe operária e das massas trabalhadoras seria inevitavelmente acompanhada do recurso à repressão, de medidas restritivas das liberdades, da actividade sindical e do direito à greve.

Uma real política de estabilização e desenvolvimento que permita à economia portuguesa libertar-se dos défices que actualmente a caracterizam, tem que assentar na planificação, na reconversão, no papel motor do sector público e das empresas com intervenção do Estado, tem que ser baseada no interesse e esforço criador dos trabalhadores, o que só será possível se se mantiver a perspectiva da construção de uma sociedade sem exploração do homem pelo homem.

A Reforma Agrária afirma-se já como o sector mais florescente da nossa economia e um modelo inspirador de progresso e desenvolvimento. As colheitas anunciadas de 850 000 toneladas de trigo e 150 000 toneladas de aveia, constituem produções superiores em quase 40% às médias dos últimos 10 anos e representam o desmentido mais flagrante aos ataques, às acusações, às calúnias que têm sido vasadas sobre esta obra maior da Revolução portuguesa.

Admite-se que, num vasto sector da economia, deva ser assegurada uma larga margem para a iniciativa privada. Mas, liquidado o capitalismo monopolista, o sentido geral da evolução económica e social, assim como da evolução política, deve ser no sentido do socialismo, tal como indica a Constituição.

3

Nas condições existentes em Portugal, não se poderá construir uma democracia política se não for ao mesmo tempo construída a democracia económica, social e cultural, na base de princípios de igualdade e justiça social.

O cuidado constante dos órgãos do poder deve ser a melhoria das condições de vida material e cultural dos trabalhadores.

Para tal, devem ser tomadas prioritariamente, entre outras, medidas no sentido de actualizar os salários, rendimentos e reformas que deixaram de corresponder ao custo de vida; estabilizar os preços dos géneros e artigos de primeira necessidade; estabelecer a obrigatoriedade da contratação colectiva e do cumprimento dos contratos colectivos de trabalho; proibir os despedimentos sem justa causa; liquidar o desemprego pela criação de novos postos de trabalho e de uma economia planificada; proporcionar a todos os portugueses uma assistência médica eficaz e a cada família uma habitação condigna; fazer participar os trabalhadores na gestão e controlo da Previdência; defender de forma efectiva os direitos dos jovens trabalhadores e a igualdade da mulher perante a lei; facilitar o acesso à educação aos filhos dos trabalhadores e acabar com o analfabetismo em Portugal; definir uma política fiscal e de rendimentos que faça pagar mais a quem mais pode pagar.

4

A vida livre e democrática do Povo português e o prosseguimento das transformações económicas e sociais são inseparáveis da independência e soberania nacionais.

Tendo de ter-se em conta os condicionalismos internacionais, é um direito inalienável que o Povo português decida do seu próprio destino, sem ingerências externas e sem submissões económicas, políticas ou diplomáticas.

A sobrevivência, consolidação e construção da democracia portuguesa exigem que os futuros governos sigam uma política de independência nacional, determinada pelos interesses do Povo e da Nação portuguesa.

O regime democrático exigirá uma política externa de paz e amizade com todos os povos e uma diversificação das relações internacionais que permita, a par da manutenção e reforço das relações com os países capitalistas, o desenvolvimento das relações com os países socialistas e com os países do chamado Terceiro Mundo.

No quadro das relações internacionais, particular relevo deve ser dado às relações com os novos Estados independentes de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, na base da igualdade, respeito pelos interesses mútuos, respeito pela independência e não ingerência nas questões internas.

O Estado português está obrigado, nos termos da Constituição, a realizar uma política externa favorável à abolição de todas as formas de imperialismo, colonialismo e agressão, ao desarmamento geral, simultâneo e controlado, à dissolução dos blocos político-militares e ao estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.

5

Sempre considerámos e continuamos considerando absolutamente indispensável ao processo democrático, não apenas a unidade da classe operária e do movimento sindical, das massas populares, das forças democráticas, mas também a aliança entre o Povo e as Forças Armadas e a unidade das Forças Armadas em torno do espírito libertador do 25 de Abril para garantia da democracia e da independência nacional.

A promoção pelo PCP da candidatura de um comunista visa contribuir para essa unidade e essa aliança. Visa contribuir para que sejam respeitados os resultados das eleições para a Assembleia da República, de forma a que nesta se concretize uma maioria de esquerda servindo de base à formação de um Governo que pela sua composição, programa político e base de apoio possa realizar uma efectiva política de esquerda.

A campanha da minha candidatura será, por isso, animada por um espírito construtivo e unitário, pela finalidade de ser uma contribuição positiva para a solução dos problemas nacionais, para a estruturação e composição política dos órgãos do Estado, que permitam assegurar em ordem e em paz o prosseguimento do processo democrático.

Lisboa, 8 de Junho de 1976

À venda
nas boas livrarias
e nas
feiras do livro
de Lisboa *(stand 68)*
e Porto *(stand 32)*
o texto de
SAMORA M. MACHEL

O processo da
revolução democrática
popular
em Moçambique

Colecção «Estudos e Orientações»
Edições da Frelimo

Uma distribuição CDL
Central Distribuidora Livreira Av. Santos Dumont, 57-C - LISBOA 1
em colaboração com o «Instituto Nacional do Livro e do Disco» de Moçambique

APELO

Para resolver alguns problemas de interesse para o nosso Partido em alguns distritos do Norte, das Beiras e dos arquipélagos, pedimos aos nossos camaradas que vivam na região da Grande Lisboa que sejam naturais daqueles distritos e que vão lá passar fins-de-semana ou férias para entrarem em contacto com a Recepção do Centro de Trabalho da Av. António Serpa, 26, 2.º-Esq., em Lisboa, de preferência das 14 às 21 horas segundo o seguinte calendário:

Dias 11, 18 e 25 de Junho e 2 de Julho (sexta-feira) — Madeira e Açores

Dias 12, 19 e 26 de Junho e 3 de Julho (sábado) — Braga e Viana do Castelo

Dias 14, 21 e 28 de Junho e 5 de Julho (segunda-feira) — Vila Real e Bragança

Dias 15, 22 e 29 de Junho e 6 de Julho (terça-feira) — Castelo Branco

Dias 16, 23 e 30 de Junho e 7 de Julho (quarta-feira) — Viseu

Dias 17 e 24 de Junho e 1 e 8 de Julho (quinta-feira) — Guarda

LÊ
ASSINA
DIVULGA
Avante!

VOTEMOS EM MASSA NO CAMARADA OCTÁVIO PATO!

Texto do comunicado divulgado pela Comissão Nacional de apoio à candidatura de Octávio Pato à Presidência da República

1. Salientando o significado e a importância que assume para todas as forças verdadeiramente de esquerda a candidatura à Presidência da República apresentada pelo PCP, a Comissão Nacional de Apoio à candidatura do camarada Octávio Pato apela a todos os portugueses antifascistas e amantes da liberdade no sentido de desenvolverem o máximo de iniciativas de apoio à candidatura apresentada pelo PCP.

2. A candidatura à Presidência da República apresentada pelo PCP não pretende contestar o papel destacado dos militares progressivos na revolução portuguesa iniciada em 25 de Abril de 1974. O seu objectivo é dar mais força à defesa e consolidação da democracia na base da defesa activa das mais amplas liberdades e da defesa inequívoca das vitórias alcançadas pelo povo português desde Abril de 1974: a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo operário, etc.

3. A candidatura do camarada Octávio Pato à Presidência da República impulsiona a concretização, no terreno político, da maioria de esquerda expressa nas últimas eleições para a Assembleia da República.

4. A candidatura apresentada pelo PCP é a candidatura independente, a única que pode dar voz aos interesses imediatos e profundos das massas trabalhadoras, a candidatura onde aumentarão a sua força todos os portugueses que dizem não ao regresso do fascismo, que querem defender e alargar as vitórias alcançadas, que querem assegurar para Portugal a independência e um futuro livre e democrático.

5. A candidatura apresentada pelo PCP visa unir as forças de esquerda e impedir a dispersão de votos e esforços que só favoreceria as forças reaccionárias de direita.

6. A Comissão Nacional de Apoio à Candidatura do camarada Octávio Pato alerta todos os democratas e amigos da liberdade e do progresso para o perigo de estimular com o seu voto os caminhos do aventureirismo esquerdista. Os propósitos declaradamente anticomunistas de alguns grupos esquerdistas, que incentivam a divisão dos trabalhadores e das forças de esquerda só favorecem a direita, abrem caminho a novos revezes políticos e lançam as massas para becos sem saída.

7. A candidatura apresentada pelo PCP visa o reforço da esquerda verdadeiramente interessada no avanço do processo revolucionário, pois só ela, no seguimento das eleições para a Assembleia da República poderá dar força política à maioria de esquerda alcançada nas últimas eleições. A votação em massa no candidato apresentado pelo PCP é a única forma de dar nova força à realização de um Governo de esquerda, apoiado na maioria de esquerda da Assembleia da República, maioria estranha e perigosamente ignorada, repudiada até pelos dirigentes do PS, apesar da sua confessada paixão pelo pluralismo.

8. Verdadeiramente não são as pessoas nem os partidos que estão em causa. O que está em causa é o avanço ou o retrocesso do nosso processo revolucionário. O que verdadeiramente está em causa é a defesa ou não das liberdades e de todas as conquistas alcançadas desde Abril de 1974. As candidaturas têm podido ser encaradas sob esta linha de princípio. Do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores que é o do avanço do processo revolucionário, a candidatura do camarada Octávio Pato é a única que dá garantias seguras, provadas quer pelo passado de luta do seu Partido quer pelo seu próprio passado.

9. O camarada Octávio Pato, candidato apresentado pelo PCP, Partido dos trabalhadores, é um militante comunista que luta desde os 15 anos. Revolucionário experiente dirigiu na clandestinidade lutas dos trabalhadores. Preso durante anos nas masmorras fascistas nunca transigiu com os inimigos dos trabalhadores e do povo. Um candidato à Presidência da República que tem dedicado e dedicará sempre à causa do povo o melhor das suas energias.

10. Que os trabalhadores de todas as tendências, que os democratas de todas as correntes, reflictam e compreendam que, de facto, a candidatura apresentada pelo PCP é, por todas as razões, e nas condições políticas concretas que vivemos, a que melhor representa e reflecte os interesses de todos os democratas que, lucidamente, desejam um Governo de esquerda e uma política de esquerda ao serviço dum Portugal livre, democrático e independente.

Votemos em massa no camarada Octávio Pato.

Lisboa, 5 de Junho de 1976

ÁLVARO CUNHAL EM FARO E VILA REAL

No próximo sábado dia 12, o PCP promove, com a presença do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, 2 sessões de esclarecimento no Algarve. A primeira, em Faro, terá início às 18 horas e decorrerá na Escola Industrial e Comercial, na Rua Manuel de Arriaga. A segunda, em Vila Real de Santo António, inicia-se às 21 horas e 30, na sede do Lusitano Futebol Clube.

À venda
economia
questões económicas e sociais 2

CONDIÇÕES DE ASSINATURA POR 10 NÚMEROS

	Via Normal	Via Aérea
CONTINENTE E ILHAS	200$00 ☐	300$00 ☐
ANGOLA, CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU, MACAU, MOÇAMBIQUE, S. TOMÉ, TIMOR, BRASIL E ESPANHA	230$00 ☐	300$00 ☐
EUROPA	255$00 ☐	330$00 ☐
OUTROS PAÍSES	255$00 ☐	520$00 ☐

DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

"Queremos aqui solenemente declarar que na Assembleia da República como em todos os sectores da vida nacional, o Partido Comunista Português está pronto a unir a sua vontade e os seus esforços à vontade de esforços de todos aqueles que querem assegurar ao povo português a liberdade, a democracia, o bem-estar material e cultural, a paz e a independência"

No passado dia 4 a Assembleia da República iniciou os seus trabalhos. Em nome do grupo de deputados comunistas, o camarada Álvaro Cunhal pronunciou as seguintes palavras:

Senhor Presidente da Assembleia da República
Senhores Deputados
Camaradas

O começo dos trabalhos da Assembleia da República tem um alto significado na vida do nosso povo e do nosso país.

O regime democrático português, saído da revolução, conquistado e modelado pela luta do nosso povo, definido na Constituição que entra em vigor, começa a sua marcha, que nós, comunistas, desejamos seja firme, serena e estável.

A situação democrática em que vivemos e ao longo de dois anos exaltantes de luta do povo português torna-se regime.

A prática das liberdades torna-se direito e norma de vida.

As profundas transformações económicas e sociais alcançadas pela revolução (as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controle operário e a intervenção dos trabalhadores na gestão das empresas) tornam-se parte integrante do regime e do projecto nacional de progresso e desenvolvimento, que escolheu como norte a sociedade socialista.

Em nome do Partido Comunista Português declaro que **é nosso firme propósito agir de forma a contribuir para a defesa, a consolidação, a estabilidade e o prosseguimento do regime democrático, segundo os princípios definidos na Constituição.**

O início dos trabalhos da Assembleia da República tem o relevo particular que lhe dá o facto de que, com o início da primeira sessão legislativa dda Assembleia, começam a entrar em funções os órgãos de poder do novo regime.

Será um poder com uma estrutura original, uma vez que nele se encontra, através do Conselho da Revolução e da Assembleia da República, a presença de duas grandes componentes do processo revolucionário (a militar e a popular), que conduziram à criação da nossa democracia e agora se expressam ao nível dos órgãos do poder institucionalizados.

Apesar de não estar ainda assegurado o exercício dos direitos e liberdades dos cidadãos em vastas zonas do território e apesar de numerosos factores antidemocráticos existentes na vida política portuguesa a Assembleia resultante do sufrágio universal, reflecte a intervenção política do povo português através das últimas eleições.

Confiamos em que os trabalhos da Assembleia se desenvolverão tendo em conta a vontade expressa pelo eleitorado que a elegeu: assegurar a continuação do processo democrático.

Em nome do Partido Comunista Português, **declaro que é nosso firme propósito agir de forma a contribuir para que o voto do povo se concretize, tanto na acção legislativa da Assembleia, como na formação e na política do novo governo.**

A Assembleia da República irá defrontar uma complexa situação que exige se tomem sérias decisões para resolver os problemas políticos, económicos e sociais, estreitamente interdependentes.

A vida democrática normal, as liberdades, uma política económica na perspectiva do socialismo, o melhoramento das condições de vida das massas populares, uma política externa de independência nacional e cooperação internacional, são completamente inseparáveis.

Tentativas de recuperação capitalista, agrária e imperialista a serem empreendidas pelo poder, caminhariam a par da restrição e liquidação das liberdades e do agravamento das condições de vida de todo o povo trabalhador.

Adquirirá por isso extraordinário relevo nos trabalhos da Assembleia a definição das grandes linhas em matéria económica e social.

Impõe-se naturalmente, como condição da própria democracia garantir o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos em todo o território e isso exige que se ponha fim ao terrorismo, às conspirações, às organizações clandestinas reaccionárias, respeitando e fazendo respeitar a ordem democrática.

Mas a própria existência das liberdades e direitos dos cidadãos, a própria viabilidade da democracia, depende da solução correcta dos problemas económicos que Portugal defronta.

Em nome do Partido Comunista Português, declaro que **é nosso firme propósito agir de forma a contribuir para tornar possível aquilo que foi durante longos anos um projecto comum das forças progressistas e é hoje uma orientação constitucional: que a construção da democracia política seja acompanhada da construção da democracia económica, social e cultural.**

A estabilização da economia portuguesa e uma política de desenvolvimento deverá ter em conta as radicais transformações nas estruturas económicas que se produziram desde 1974, que tornam não só indesejável como irrealista e inviável, no quadro duma vida política democrática, uma dinâmica económica assente nos processos e estímulos próprios do capitalismo monopolista de Estado.

O agravamento da exploração dos trabalhadores a fim de aumentar os lucros, a acumulação do capital e os investimentos, como via para sair das dificuldades actuais seria uma via antioperária, antipopular, uma via de recuperação capitalista incompatível com o exercício das liberdades e direitos e com a vida democrática.

Para a solução das dificuldades económicas no quadro do novo regime democrático, a única via é aquela que embora reconhecendo importante papel à iniciativa privada em amplos sectores económicos, embora dando-lhe garantias suficientes, considera pontos de partida essenciais a existência dum sector nacionalizado que abrange os sectores básicos da indústria, transportes e serviços, uma Reforma Agrária que constitui o ponto de arranque para o aumento da produção agrícola e pecuária, e a intervenção dos trabalhadores (pelo controle e a gestão) na vida da empresa e das explorações agrícolas colectivas. É essa a única via duma política económica capaz de, no nosso regime democrático, assegurar a estabilização e o desenvolvimento.

Esta perspectiva toca características específicas da situação económica e social criada pela revolução portuguesa, que indicam, como estímulo e elemento motor essenciais, não a exploração e o lucro, mas a consciência política e cívica, o trabalho criador e o melhoramento das condições de vida do povo que trabalha.

Uma política de recuperação capitalista e agrária conduziria de novo ao fascismo. A única política capaz de resolver os problemas económicos no quadro da liberdade, da democracia e da independência nacional é aquela que defenda e assegure as conquistas revolucionárias e prossiga no caminho do socialismo.

Portugal viveu quase meio século um regime de repressão e terror ao serviço do grande capital e dos grandes agrários, que exploravam e oprimiam o povo português, e prosseguiam ao mesmo tempo uma política de rapina e de guerra em África e de dependência e submissão da pátria portuguesa.

O levantamento militar de 25 de Abril de 1974 e a intervenção imediata do movimento operário e popular, todas as transformações políticas, económicas e sociais realizadas desde então, constituem uma extraordinária afirmação da vontade e independência do povo português de decidir sem ingerências externas a sua própria vida e o seu próprio destino.

A defesa, consolidação e prosseguimento do regime democrático,a solução dos problemas da política interna e do desenvolvimento económico, exigem se siga uma política de independência nacional, libertando duma vez para sempre o nosso país da submissão política, económica e diplomática a países estrangeiros – ao imperialismo.

Em nome do Partido Comunista Português declaro que **é nosso firme propósito agir de forma a contribuir para que se possa concretizar uma política externa de paz e amizade com todos os povos e com todos os países, capitalistas e socialista com particular relevo para aqueles outrora submetidos ao colonialismo português com os quais é necessário e possível, vencendo dificuldades actuais, estabelecer uma estreita cooperação.**

Ao começar os trabalhos da Assembleia os deputados comunistas confirmando o seu compromisso assumido perante o povo declaram desde já que serão fiéis ao mandato do povo que os elegeu.

Os deputados comunistas defenderão sempre e em todas as circunstâncias a aplicação rigorosa da Constituição.

Os deputados comunistas defenderão sempre e em todas as circunstâncias os interesses da classe operária, dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, dos intelectuais, da juventude, das mulheres, de toda a grande maioria da população portuguesa vitalmente interessada a que não mais Portugal regresso ao poder económico e político dos monopólios agrários, vitalmente interessados na construção duma democracia que, nos termos da Constituição, está empenhada em transformar-se numa sociedade sem explorados nem exploradores, numa sociedade sem classes.

Queremos aqui solenemente declarar que, na Assembleia da República, como em todos os sectores da vida nacional o Partido Comunista Português está pronto a unir a sua vontade e os seus esforços à vontade e esforços de todos aqueles que querem assegurar ao povo português a liberdade, a democracia, o em-estar material e cultural, a paz e a independência.

ÁLVARO CUNHAL NO NORTE NUMA GRANDE JORNADA DE ESCLARECIMENTO POLÍTICO

Grande entusiasmo e confiança revolucionária no PCP e no futuro do processo democrático rodearam a visita que o camarada Álvaro Cunhal efectuou a algumas localidades do Minho

"Onde estivémos, tivemos ocasião de ver que há confiança, que os nossos camaradas, os nossos amigos, os antifascistas de uma maneira geral, estão confiantes com o processo democrático", declarou o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, no ginásio da Escola Técnica de Viana do Castelo, perante muitas centenas de pessoas que ali acorreram e que encheram por completo o recinto.

Durante um largo período de tempo, o camarada Álvaro Cunhal orientou uma sessão de esclarecimento, ao longo da qual foi visível o apoio à política do Partido Comunista.

Anteriormente, o camarada Álvaro Cunhal, acompanhado pelo camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC, tinha estado em Braga, Barcelos e Ponte de Lima, onde também o entusiasmo e a vibração foram patentes.

Em Braga, no Teatro Circo Bracarense, o camarada Álvaro Cunhal perante a assistência que enchia completamente a sala, pronunciou uma curta intervenção, após o que, ao longo de mais de duas horas, respondeu às inúmeras perguntas que lhe foram colocadas pelos trabalhadores presentes e relacionadas, nomeadamente, com as eleições presidenciais, a aliança entre comunistas e socialistas e outros temas da actual situação política.

Todavia, o tempo destinado a esta sessão de esclarecimento não permitiu que o secretário-geral do nosso Partido respondesse a todas as questões que lhe foram colocadas, tendo o camarada Álvaro Cunhal sugerido a realização de novas sessões desse tipo naquele mesmo local.

Entretanto, muitas das afirmações do nosso camarada eram sublinhadas pelos aplausos da assistência, que igualmente aclamou a candidatura comunista às eleições presidenciais.

No final, e com grande entusiasmo, numa atmosfera de grande confiança, as muitas centenas de pessoas presentes cantaram a "Grândola" e o "Avante Camarada".

De Braga, o camarada Álvaro Cunhal dirigiu-se para Barcelos, onde era aguardado, nas imediações do Centro de Trabalho do PCP, por centenas de militantes e simpatizantes do nosso Partido, além de outros trabalhadores democratas e progressistas, que não quiseram deixar de testemunhar a sua confiança no partido revolucionário da classe operária e das massas trabalhadoras, bem como exprimir a sua profunda alegria pela visita à sua terra do camarada Álvaro Cunhal. O secretário-geral do PCP, de uma das janelas do Centro de Trabalho, dirigiu então à multidão umas breves palavras, que foram entusiasticamente saudadas.

Pouco depois, nova etapa nesta curta mas significativa visita do secretário-geral do Partido Comunista Português a terras do Minho.

Ponte de Lima, terra onde a reacção, como fez e tentou fazer em muitos outros locais, destruiu e incendiou completamente as instalações do nosso Partido. Ponte de Lima, terra onde tombou o nosso querido camarada Manuel da Costa Lima, na defesa das instalações do nosso Partido, na defesa da liberdade e da democracia. Em Ponte de Lima, mais de um milhar de pessoas concentraram-se no Largo do Camões, aguardando a chegada do camarada Álvaro Cunhal.

Durante mais de duas horas ali se mantiveram, até que o secretário-geral do PCP chegou, tendo sido entusiasticamente saudado pela multidão, que mostrava assim o seu apoio ao nosso Partido, o seu amor à liberdade, a sua firme disposição de defender a democracia.

Acompanhado pela multidão, o camarada Álvaro Cunhal deslocou-se então ao local onde o nosso querido camarada Costa Lima tombou. Nos rostos dos presentes, nas palavras de ordem gritadas, podia ler-se a alegria e a determinação dos comunistas e dos trabalhadores de Ponte de Lima, podia ver-se a confiança revolucionária no partido da liberdade e da democracia, o PCP. Também aqui o camarada Álvaro Cunhal pronunciou uma curta intervenção sobre a actual situação política e o significado das próximas eleições presidenciais.

Tal como a realizada há meses, também esta viagem ao Norte do camarada Álvaro Cunhal constituiu uma grande jornada de entusiasmo e confiança no processo democrático e no nosso Partido, conforme o testemunharam milhares e milhares de trabalhadores que, em todos os locais onde o secretário-geral do PCP se deslocou, participaram activamente nesta jornada.

O PALÁCIO DE CRISTAL FOI DEMASIADO PEQUENO

Milhares de pessoas acorreram na passada sexta-feira ao Palácio de Cristal, na capital nortenha, para assistir ao grandioso comício de apoio à candidatura à Presidência da República do camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, e a que esteve também presente o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

Perante uma assistência entusiasta, que encheu o vasto pavilhão, deixando de fora muitos que já não puderam entrar foram apresentados os membros que coonstituiam a mesa. Além dos camaradas Álvaro Cunhal e Octávio Pato, encontrava-se também presente o camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, que presidiu, e toda a Comissão Distrital de Apoio à Candidatura comunista.

Antes da intervenção do camarada Octávio Pato, que tal como à do secretário-geral do PCP nos referimos noutro local, falaram Joaquim Ribeiro, operário metalúrgico que passou 16 anos no Tarrafal, membro da Comissão de Apoio à Candidatura, e Maria Branca Guimarães, sindicalista metalúrgica. Esta camarada, na sua intervenção, condenou a tentativa de recuperação capitalista em algumas empresas do Norte, salientando que a candidatura comunista às eleições presidenciais significa "uma determinação de valorizar uma política de esquerda a qual permita resolver a crise económica de acordo com os interesses dos trabalhadores; de solucionar o problema do desemprego e acabar com a sabotagem dos Contratos Colectivos de Trabalho pelo patronato; de consolidar as grandes conquistas da Revolução".

Relativamente a este ponto, o camarada Joaquim Ribeiro, ao apontar a importância fundamental da Candidatura do PCP, como uma contribuição decisiva para a unidade das massas populares, afirmou que ela "é uma garantia sólida de defesa e confirmação do voto à esquerda consumado nas eleições para a Assembleia da República, uma garantia de formação de um governo de esquerda com socialistas, comunistas, independentes e militares".

O comício, cuja nota dominante se saldou no entusiasmo e na vibração dos muitos milhares de pessoas que transportaram para o Palácio de Cristal dezenas e dezenas de cartazes, bandeiras e dísticos do nosso Partido e dos núcleos e células comunistas nas empresas, contou ainda com a colaboração de vários artistas: Samuel, José Manuel Osório, Cecília Borges, Alexandre e Silva Neto, que actuaram em duas sessões, uma no princípio e outra no fim desta grandiosa jornada.

Antes do início, o camarada Octávio Pato, acompanhado por Carlos Costa e Jorge Araújo, da DORN, inaugurou na Feira Popular do Porto um Pavilhão do partido Comunista Português, onde estão expostos vários materiais de informação e divulgação, fotografias, cartazes, etc.

Foi também instalado no local uma banca com livros da Editorial "Avante!".

O TERRORISMO NÃO PASSARÁ!

As forças da reacção e do fascismo não desarmam e prosseguem, impunemente, a sua criminosa escalada de actos terroristas contra a ordem democrática. Atentando contra pessoas e forças democráticas e progressistas, é a própria democracia que a reacção pretende destruir e liquidar.

As bombas que deflagraram na última semana na Associação Portugal-Moçambique e nas instalações do Ministério da Educação e Cultura constituem mais dois das das centenas de atentados violentos que, de há uns meses a esta parte, os fascistas e reaccionários têm desencadeado contra a ordem democrática.

A mão que as coloca é conhecida: é a mão que oprimiu o povo português durante quase meio século, é a pata da besta fascista que prendeu, torturou e assassinou o povo português por ordem do grande capital, ao serviço da ditadura terrorista dos monopólios e dos latifúndios e com o apoio "moral" e material do imperialismo. É a mesma mão dos que exploraram e oprimiram os povos irmãos da Guiné-Bissau, de Cabo Verde, de S. Tomé e Príncipe, de Angola e de Moçambique.

O fascismo caiu no dia 25 de Abril de 1974, mas os fascistas continuaram de pé, conspirando na sombra para, depois, passarem a actuar à luz do dia. Organizaram-se no ELP/MDLP, reforçaram-se na CAP, apoiaram-se na CIP, no CDS e no PPD e preparam-se para destruir a liberdade e a democracia, para anular as conquistas revolucionárias do povo português.

URGE ESMAGAR A BESTA FASCISTA!

O povo português sabia quem eram os seus carrascos. O povo português sabe, hoje, quem são os seus criminosos agressores. os fascistas e reaccionários que lançam bombas contra as organizações progressistas, nomeadamente contra o PCP, que atentam contra a vida de portugueses, que se preparam para instaurar no nosso país uma nova ditadura, actuam na mais completa liberdade e são conhecidos.

A democracia não se defende dando liberdade aos que pretendem destrui-la. As autoridades de um estado democrático têm o dever de velar pelo respeito da ordem democrática. O direito de destruir à bomba vidas e bens não se encontra reconhecido na Constituição. Por isso, as autoridades, que respeitam a Constituição, devem procurar esses criminosos, onde quer que se acobertam, para que sejam punidos. Assim o exige a democracia, assim o exige as forças antifascistas e progressistas, assim o exige o povo português.

A reacção é como que um polvo com vários tentáculos, cada um com a sua forma de actuar, mas todos comandados pela mesma cabeça. Há tentáculos que estão prontos a afirmarem publicamente respeitarem a ordem democrática, para logo outro, por trás, apunhalar a democracia e um terceiro completar a acção lançando a bomba destruidora e assassina.

A defesa da democracia exige que, não apenas se anule o tentáculo que lança a bomba, como se destrua a cabeça que o comanda.

O povo português não deixará passar os criminosos fascistas e todos os que os apoiam. Unidas e organizadas, as massas trabalhadoras saberão dar a resposta firme a todos os que atentem contra a paz, o progresso e o bem-estar do nosso povo e a todos os que pactuem com os terroristas, os bombistas, os fasicistas e reaccionários. Unido e vigilante, o povo português defenderá a democracia e a liberdade e construirá a sociedade sem exploração do homem pelo homem.

CAMPANHA DA IMPRENSA REACCIONÁRIA

"Este atentado não é um acto isolado. Está ligado à campanha com que a imprensa reaccionária tem difamado a luta das novas nações contra o imperialismo, pela sua independência total. Por outro lado, este acto criminoso não seria possível se as autoridades responsáveis, incluindo o próprio Governo, tivessem tomado as medidas adequadas para reprimir a onda terrorista. A passividade das entidades oficiais é comprovada pela completa impunidade dos autores de semelhantes atentados, sendo patente a total ausência de resultados das investigações sobre o acto terrorista contra a Embaixada de Cuba" — afirma-se, entretanto, num comunicado conjunto das Associações de Amizade Portugal — Guiné-Bissau, Portugal-Angola e Portugal-Moçambique.

Depois de ter salientado que o criminoso atentado (que pôs em risco de morte grande número de pessoas que se encontravam nos cinemas vizinhos) ocorreu no mesmo dia em que o Presidente da República da Guiné-Bissau, camarada Luís Cabral, pisava terra portuguesa, o comunicado das três organizações afirma:

"Mas este acto mais não fará do que fortalecer a nossa determinação em prosseguir na luta pelos objectivos que nos propusemos, e que correspondem a uma profunda aspiração do povo português e dos povos de Angola, de Moçambique e da Guiné-Bissau. Por isso, estamos certos de que este gesto criminoso será um poderoso factor de solidariedade na luta dos nossos povos contra as forças da reacção, que se servem, como ficou provado, dos mais repugnantes meios."

AGRESSÃO A UM DEPUTADO DO PCP

Mais um acto criminoso de extrema gravidade acaba de ser consumado, desta vez da autoria de alguns indivíduos que se afirmam retornados das ex-colónias e desde há semanas "residem", em acto provocatório que se consente, junto ao Palácio de S. Bento. Referimo-nos à agressão de que foi vítima o camarada Jaime Serra, deputado comunista e membro da Comissão Política do CC, à saída da sessão inaugural da Asembleia da República.

O facto, em si, já é grave. Acontece, porém, que a agressão foi presenciada por guardas da PSP, incluindo um graduado, que a tudo assistiram passivamente, mesmo depois de chamados a intervir.

A este propósito, a SIP divulgou um comunicado em que, nomeadamente, se afirma:

«Face à estrema gravidade destes factos, que constituem um sério atentado à integridade dos deputados eleitos, à ordem democrática e à própria dignidade e autoridade do alto orgão do Estado que é a Assembleia da República, cometido junto ao próprio Palácio de S. Bento – o PCP eleva enérgico protesto e exige das autoridades competentes medidas dedidídas para que seja devidamente assegurada a segurança e integridade dos deputados e da Assembleia da República, para a prisão e exemplar castigo dos criminosos agressores e para que sejam desfeitos os grupos de provocadores e arruaceiros reaccionários a que pertencem.»

Entretanto, o Presidente da Assembleia da República, dr. Vasco da Gama Fernandes, solicitou ao Governo um rigoroso inquérito a estes acontecimentos.

VISITE O STAND DO Avante! na FEIRA POPULAR de Lisboa

«AVANTE!»
o Jornal dos Trabalhadores

DISCURSO DO CAMARADA OCTÁVIO PATO NO PORTO

"Os votos no candidato do PCP são votos úteis na única força política que, estando em condições de influir na composição dos órgãos do poder, poderá vencer as resistências e dificuldades que se levantam à concretização da vontade popular, por um Governo e uma política de esquerda"

Operários e trabalhadores do Porto!
Homens, mulheres, jovens do Norte!

No primeiro grande comício do PCP no Porto após a designação de um candidato comunista às eleições para a Presidência da República, quero saudar todo o povo do Norte pelo seu valioso contributo na luta para consolidação da democracia.

Nas eleições de Abril, a reacção pensava que ia ganhar as eleições, e que podia contar para isso com o povo do Norte. Mas enganou-se. O povo do Norte não votou como a reacção queria. Os votos no PCP aumentaram praticamente em todos os distritos. Os votos democráticos subiram quase em toda a parte. Os resultados das eleições de Abril mostram que, apesar das condições adversas existentes no Norte, também aqui a luta contra o regresso ao passado e pela consolidação da democracia ganha cada vez mais amplitude e apoio popular.

É para dar continuidade a essa luta no quadro das eleições presidenciais que o PCP apresenta um seu candidato. Saúdo-vos pela vitória que ajudastes a alcançar, e estamos certos que continuareis o combate para que os deputados comunistas e socialistas que o povo elegeu se constituam numa verdadeira maioria de esquerda, de acordo com a vontade popular.

Em relação a todas as situações, há hoje em Portugal duas alternativas:

— uma, alternativa democrática, de esquerda;
— outra, alternativa da direita, reaccionária.

Com o intuito de dividir as linhas de defesa da democracia portuguesa, a reacção procura confundir os dois campos.

Ao contrário do que a reacção procura fazer crer, para disfarçar a derrota sofrida nas últimas eleições, a linha que separa estas duas alternativas não está entre uma pseudo união nacional que iria do PS ao CDS passando pelos grupelhos provocatórios e pelas associações patronais, por um lado, e o PCP, por outro. Há aspectos bem mais contraditórios entre essas organizações, do que entre algumas delas e o PCP.

A linha de separação é entre os partidos que pelo seu programa e prática política demonstram querer assegurar um regime democrático e os partidos reaccionários; é entre os partidos e forças que defendem as liberdades democráticas e os partidos da violência e da desordem fascista.

Em muitas regiões do país os direitos e liberdades dos cidadãos e das forças democráticas não existem. Aqui no Norte por exemplo. Em muitos concelhos e regiões, um aparelho político-administrativo antidemocrático ou fascizante mantém-se instalado, quer às claras, quer sob o disfarce do PPD e do CDS. Em muitas fábricas, o aparelho policial privado criado pelos patrões continua a existir e a actuar contra os trabalhadores. Dirigentes sindicais são expulsos das fábricas e nalgumas terras impedidos de reunir com os trabalhadores, ao mesmo tempo que o ELP e o MDLP gozam de amplas possibilidades de acção. Militantes comunistas e antifascistas, incluindo socialistas, são perseguidos, espancados, abatidos a tiro ou à bomba. Sedes políticas e sindicais são saqueadas e destruídas.

Confundidos com os caciques, com os desordeiros, com os que pretendem dominar as populações pelo terror, com os que suprimem as liberdades e violam a ordem democrática estão os partidos reaccionários, o PPD e o CDS, o ELP e o MDLP. Do outro lado, estão os que lutam pela liberdade, os que protestam contra a passividade das autoridades e reclamam a manutenção da ordem democrática.

Ao contrário do que fazem certas forças e pessoas não é ao PCP que se deve pedir garantias de respeito pela ordem democrática. O respeito pela ordem democrática é uma reivindicação do PCP, e as garantias devem ser exigidas ao PPD e ao CDS. Há todos os motivos para recear que, se tais partidos tomassem o poder seria para alargar a todo o país a supressão das liberdades e a ordem fascista que impuseram já nalgumas regiões. Quanto ao PCP, ao lutar por um governo de esquerda de acordo com a vontade popular, levando essa luta ao terreno das eleições presidenciais apresentando um candidato, tem em vista contribuir para a consolidação, a estabilidade e o prosseguimento do processo democrático.

A linha de separação e de clarificação da unidade nacional passa entre aqueles que defendem as nacionalizações e o controlo operário, e aqueles que estão contra os trabalhadores e do lado dos patrões, pela recuperação capitalista.

A classe operária portuguesa está neste momento travando uma decisiva batalha nesta frente. A seu lado tem o PCP e outras forças democráticas. Como inimigos tem a CIP e o grande patronato e os partidos que os representam, o CDS e o PPD. As tentativas de regresso do patronato às empresas são particularmente violentas em algumas empresas do Norte. Refiro-me às tentativas dos patrões para recuperarem o controlo de importantes empresas como a Têxtil Manuel Gonçalves, a Facar, a Rolsol, a Têxtil do Coronado e várias outras, e ainda as tentativas para esmagarem economicamente empresas autogeridas pelos trabalhadores. Sob a protecção do Estado fascista, os patrões destas empresas desviaram delas milhares de contos, colocaram muitas à beira da falência. Após o 25 de Abril, os trabalhadores promoveram a recuperação destas empresas. Agora o patronato está tentando regressar, expulsando trabalhadores progressistas, negando liberdades sindicais, impondo de novo a exploração, a opressão dos trabalhadores, para realizar as falcatruas a que estavam habituados.

Esta importante experiência de luta dos operários e trabalhadores do Norte contra as tentativas de recuperação capitalista, encontra prolongamento na candidatura promovida pelo PCP para as eleições presidenciais.

No quadro da democracia, nem a estabilidade nem o desenvolvimento poderão ser alcançados através da recuperação pelos grandes capitalistas dos privilégios que perderam com a Revolução.

É dando força às condições que facilitem a criação de um Governo de esquerda com participação comunista, que se estabiliza a situação económica e financeira, que se avança com uma política de desenvolvimento, que se liberta a economia portuguesa dos défices que actualmente a caracterizam, que se defendem e consolidam as nacionalizações e o controlo operário, que prossegue o processo democrático no sentido do socialismo, tal como indica a Constituição.

A linha de clarificação da unidade nacional coloca de um lado os que defendem a Reforma Agrária e os interesses dos pequenos e médios agricultores e do outro os grandes proprietários, a Confederação dos Agrários, os partidos dos senhorios ricos, o PPD e o CDS.

Os pequenos agricultores do Norte estão travando lutas da maior importância para a liquidação da exploração dos trabalhadores do campo e para o progresso da agricultura nortenha. Dentre essas lutas tem particular importância a luta dos rendeiros e caseiros pela aplicação da Lei do Arrendamento Rural.

Desde sempre que o PCP se bateu pela aprovação desta lei e pela sua aplicação, que beneficiará centenas de milhares de camponeses, que vibrará um golpe sério nos que, sem nada fazer, vivem da exploração do trabalho dos agricultores, que abrirá perspectivas novas à agricultura do Norte do País.

Os reaccionários e fascistas espalham entre os agricultores a calúnia de que os comunistas lhes querem roubar as terras e obrigá-los a trabalhar para depois lhes roubar o produto do seu trabalho. Mas afinal quem são os ladrões? Serão os comunistas que defendem a aplicação da Lei do Arrendamento Rural, ou são os senhorios ricos que expulsam os rendeiros das terras que trabalham e se recusam a aceitar a Lei? Serão os comunistas, que defendem o abaixamento do valor das rendas e o seu pagamento em géneros ou dinheiro conforme a vontade do caseiro, ou são os grandes proprietários que, sem nada fazerem, recolhem duas terças partes do vinho que os caseiros produzem?

A luta dos rendeiros pela aplicação da Lei do Arrendamento, juntamente com a adopção de medidas de protecção aos senhorios pobres, tem todo o apoio do PCP, que luta com toda a sua energia e capacidade pela melhoria das condições de vida dos pequenos e médios agricultores, pelas facilidades em créditos para a realização de benfeitorias, pelo cumprimento da Lei do Arrendamento.

Durante a suspensão do secretário de Estado da Estruturaão Agrária, o nosso camarada Vitor Louro, não foi dado andamento a nenhuma das medidas por ele propostas no sentido de ser efectivamente aplicada a Lei do Arrendamento e de serem atribuídas pensões aos senhorios pobres.

Este facto demonstra bem a importância que tem para a satisfação dos interesses do povo trabalhador, a presença dos comunistas no Governo.

Os pequenos agricultores não verão defendidos os seus interesses com um governo no qual estejam representados ou tenham influência os partidos dos senhorios e dos grandes intermediários.

Os interesses dos pequenos e médios agricultores defendem-se com uma política de esquerda, com um governo de unidade das forças democráticas.

É para contribuir para essa unidade e para a formação desse governo que o PCP promove a candidatura de um comunista à Presidência da República.

Caberá ao povo português dar mais força à alternativa que serve os interesses do povo e do país, dar mais força aos seus desejos de unidade, dar mais força às suas aspirações de liberdade e de progresso social.

A linha de demarcação entre a alternativa democrática e a alternativa reaccionária está entre os que defendem a Constituição e os que a atacam.

A Constituição da República consagra, como reformas inerentes à democracia portuguesa, a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo operário. O PPD e o CDS estão contra estas conquistas da revolução.

A Constituição da República Portuguesa diz que Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes. Este é o artigo 1.º da Constituição, aprovado com o voto **contra** dos deputados do PPD; quanto ao CDS, como é sabido, votou contra todo o texto da Constituição.

Compreende-se aliás que a reacção esteja contra este e contra muitos outros artigos da Constituição.

A constituição diz que Portugal é uma República soberana — o PPD e o CDS são os agentes da chantagem imperialista; querem hipotecar a nossa independência e submeter a economia e a política de Portugal aos interesses estrangeiros; querem minar a integridade nacional.

A Constituição diz que Portugal é uma República soberana – o PPD e o CDS são os agentes da chantagem imperialista: querem hipotecar a expressão política dos interesses do grande capital, querem instaurar um poder reaccionário em que os caciques submetem as populações.

A Constituição marca o objectivo da sociedade sem classes — o PPD e o CDS querem perpetuar a exploração dos trabalhadores e impôr-lhes mais desumanas condições de trabalho para assegurar elevados lucros aos exploradores.

A candidatura do PCP às eleições presidenciais tem em vista, entre outros objectivos, o de contribuir para a consolidação, estabilidade e prosseguimento do processo democrático, para o respeito, defesa e cumprimento da Constituição.

Não basta, como o fazem hoje todas as forças políticas, mesmo as mais reaccionárias, dizer que se respeita a Constituição. Os partidos da direita reaccionária, se pudessem realizar a sua própria política, violariam necessariamente a lei fundamental do País.

A Constituição respeita-se e cumpre-se conduzindo uma política que tenha sempre em vista a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, defendendo e consolidando as conquistas da revolução, salvaguardando a independência nacional, consolidando a democracia e abrindo caminho para a construção do socialismo.

O inimigo principal da democracia portuguesa é a direita reaccionária. Mas para combater o perigo da reacção é necessário combater também o esquerdismo, o aventureirismo.

Apesar de todas as suas declarações sonantes e palavras de ordem pretensamente revolucionárias, o esquerdismo é sempre na prática um aliado da reacção.

O PPD e o CDS movimentam-se hoje com o objectivo de imprimir à política portuguesa uma viragem à direita. O esquerdismo, procurando dividir a esquerda e empurrando para a direita importantes sectores democráticos, dá uma grande ajuda à reacção.

Assistimos hoje à tentativa de relançamento, na cena política portuguesa, de grupos esquerdistas cuja actuação irresponsável conduz inevitavelmente a pesadas derrotas.

A coberto da candidatura do major Saraiva de Carvalho, procuram avançar de novo todos aqueles cuja falta de perspectivas os conduz para posições irredutíveis, para a contestação sistemática e para ilusões e métodos golpistas.

As aventuras esquerdistas saldam-se sempre por pesadas derrotas. Poderão ser dramáticas, no presente, as consequências da repetição dos erros derivados das concepções, métodos e formas de luta do radicalismo esquerdista.

Um dos traços fundamentais da actuação dos grupos esquerdistas é o colocarem-se sempre à margem dos grandes interesses e objectivos de luta dos trabalhadores, procurando arrastá-los para acções sem perspectivas, sem futuro, sem uma finalidade prática.

Nenhum candidato promovido por estes grupos, por muitos votos que tivesse, iria pesar na composição dos órgãos do poder. E para os trabalhadores não é indiferente a composição e a política do próximo governo.

Para os trabalhadores não é indiferente que o governo seja de esquerda — e imprima à política portuguesa uma direcção progressita, no caminho da consolidação do processo democrático e da defesa das conquistas da Revolução — ou seja de direita — e conduza o País para a instabilidade política e social, para o regresso ao domínio dos monopólios e dos latifundiários com as consequentes restrições às liberdades.

Para os trabalhadores não é indiferente que o governo seja de esquerda — e defenda as liberdades e o direito à greve —, ou seja de direita — e para defender os interesses dos patrões acabe inevitavelmente por recorrer à repressão.

Para os trabalhadores não é indiferente que o governo seja de esquerda — e prossiga com as transformações das estruturas económicas e sociais alcançadas nos últimos dois anos —, ou seja de direita — e devolva aos grandes capitalistas e grandes agrários os privilégios que perderam com a revolução.

Para os trabalhadores não é indiferente que o governo seja de esquerda — e tenha como cuidado constante a melhoria das condições de vida de quem trabalha —, ou seja de direita — e faça pagar aos trabalhadores as indemnizações dos banqueiros, monopolistas e grandes agrários.

Para os trabalhadores não é indiferente que o governo seja de esquerda – e siga uma política de independência nacional, determinada pelos interesses do povo e da nação portuguesa —, ou seja de direita — e submeta ao imperialismo as riquezas e recursos nacionais e mesmo o direito que só aos portugueses cabe de decidir dos destinos de Portugal.

Porque nada disto é indiferente para os trabalhadores, é que o PCP continua a colocar na ordem do dia a luta pela formação de um governo de esquerda.

Nas eleições para a Assembleia da República, os portugueses derrotaram a reacção e criaram condições para uma maioria de esquerda.

Quantos mais forem os votos no candidato comunista à Presidência, maiores serão as possibilidades de concretizar essa maioria de esquerda na Assembleia da República e um governo de esquerda com participação comunista.

Os votos no candidato do PCP não são flores de esquerda para marcar uma posição. São votos úteis para dar mais força às conquistas da Revolução, à Constituição, à democracia.

São votos úteis na única força política que, estando em condições de influir na composição dos órgãos do poder, poderá vencer as resistências e dificuldades que se levantam à concretização da vontade popular por um Governo e uma política de esquerda.

Os partidos da direita, e também alguns dirigentes do Partido Socialista, sonhavam com aquilo a que chamavam o "afundamento" do PCP nas eleições legislativas de Abril. Segundo afirmavam, o PCP não recolheria mais do que 5 ou 6% dos votos. Se tais desejos se tivessem tornado realidade, não tenhamos dúvidas de que as forças que se opõem à democracia e ao socialismo teriam aproveitado tal facto para tentar impor uma coligação de direita, contra as forças democráticas e de esquerda. Tal plano fracassou porque o nosso povo elegeu uma maioria de deputados comunistas e socialistas, e sobretudo porque o PCP reforçou as suas posições. O aumento do número de votos e de deputados do PCP, simultaneamente com a diminuição de votos do PS e do PPD, constitui o mais forte obstáculo à formação de um governo PS/PPD/CDS.

Derrotados em 25 de Abril, os partidos de direita encaram as eleições presidenciais como uma oportunidade de desforra. Aspirando realizar o seu sinistro plano, estão já prontos a garantir de novo o "afundamento" do PCP. Por isso se torna imperioso que uma grande votação no candidato do PCP confirme os resultados das eleições de Abril. Também nas eleições presidenciais, o voto comunista é o único voto útil e eficaz do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores e das forças democráticas.

Como foi já tornado público, a minha candidatura às eleições para a Presidência da República tem em vista quatro objectivos que o Partido considera fundamentais no momento actual:

— Contribuir para a consolidação, estabilidade e prosseguimento do processo democrático;

— Impedir a renovação de uma Santa Aliança anticomunista e contribuir para a unidade da classe operária e das massas populares e para a aproximação das forças democráticas, designadamente de comunistas e socialistas;

— Contribuir para a continuação da aliança do povo com as Forças Armadas e para a unidade das Forças Armadas, na base dos princípios libertadores do 25 de Abril e da aplicação e defesa da Constituição;

— Criar condições que facilitem a concretização da vontade popular expressa nas últimas eleições, ou seja, a criação de uma maioria de esquerda na Assembleia da República e a criação de um governo de esquerda com participação comunista.

As inúmeras mensagens de apoio à candidatura comunista que o Partido tem recebido, o número já elevado de comissões de apoio compostas não apenas por comunistas, mas também por membros de outros partidos e organizações, mostram que os objectivos atrás indicados correspondem aos interesses dos trabalhadores e estão constituindo uma plataforma de unidade para a acção de massas atraindo antifascistas de variadas tendências.

Essas manifestações de apoio fortalecem a nossa confiança e são um incentivo para que, em torno da candidatura comunista se desenvolva uma forte movimento popular pela unidade das forças democráticas e de esquerda civis e militares, pela criação de uma maioria de esquerda e de um governo de esquerda, pela democracia e pelo socialismo.

«SE OS DEMOCRATAS SOUBEREM LUTAR A REACÇÃO NÃO RECUPERARÁ NAS PRESIDENCIAIS O QUE PERDEU NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS»

Palavras proferidas pelo camarada Álvaro Cunhal no decorrer do grande comício realizado no Palácio de Cristal do Porto

"Tornou-se imperioso e indispensável que aparecesse na campanha eleitoral a voz livre e independente da classe operária e das massas trabalhadoras", disse Álvaro Cunhal. Prosseguindo, afirmou que a candidatura comunista "apresentará de forma construtiva soluções para os problemas, contribuindo para a unidade dos trabalhadores e dos democratas, designadamente de comunistas e de socialistas, para a cooperação entre o povo e as Forças Armadas, procurando criar um grande movimento de opinião, que pelas iniciativas de massas, pela acção e pelo voto no candidato comunista contribui para impedir que no seguimento das eleições presidenciais se concretize a formação daquilo a que o Secretário-Geral do CDS chamou "grande coligação democrática" do CDS-PPD-PS e se torne possível a concretização do voto expresso pelo povo português nas eleições para a Assembleia da República: a formação duma maioria de esquerda e de um Governo de esquerda."

E mais adiante:

"Na situação que se criou, com dois candidatos membros do Conselho da Revolução e um candidato militar contestatário, com a convivência em torno do general Eanes do PS-PPD-CDS, um grande movimento de opinião, em torno da candidatura comunista e uma grande votação em Octávio Pato são condição indispensável para evitar a formação de um governo de direita e para atrair o PS a examinar em conjunto com o PCP as possibilidades de converter a maioria numérica existente na Assembleia da República numa verdadeira maioria política, e abrir caminho para a consideração pelo PS, pelo Presidente da República e pelo Conselho da Revolução, da possibilidade da formação dum governo de esquerda com participação comunista."

"SÓ UM GOVERNO COM O PCP SERÁ DEMOCRÁTICO"

"O PS continua com a pretensão irrealista e absurda: governar sozinho, sem quaisquer alianças", disse o Secretário-Geral do PCP, numa parte da sua intervenção em que abordou a questão do futuro governo. "É evidente que não vai governar sozinho", acrescentou. Antes, salientara os esforços tanto do CDS como do PPD em participarem, ou, mais modestamente, começarem por apoiar do exterior, um governo PS.

"Se quiser governar, o PS tem pois de ter apoios, ou à direita o que significa CDS e PPD, ou à esquerda, o que significa necessariamente com o PCP", afirmou Álvaro Cunhal, para salientar um pouco depois que "um governo PS sem o PCP, com o PPD, CDS ou o seu apoio será necessariamente um governo de direita com uma política de direita e o povo que votou contra a reacção nas eleições para a Assembleia da República, não vai aceitar que a reacção, vencida nas eleições, se instale agora no governo para servir o capital contra os trabalhadores e as grandes massas da população."

Finalmente: "Apesar da insistente negativa dos dirigentes do PS em aceitarem a nossa proposta de examinar em conjunto com o PCP todas as questões relativas à formação da maioria de esquerda e do governo de esquerda e apesar das afirmações no mesmo sentido de candidatos à Presidência insistimos na nossa proposta, porque é a única que permite indicar uma solução democrática."

"A ASSEMBLEIA E A SUA MAIORIA DE ESQUERDA"

Álvaro Cunhal chegara ao Porto depois do início dos trabalhos da Assembleia Legislativa, em que participou. A sua intervenção no comício principiou exactamente por uma referência à Assembleia. "O facto mais importante a assinalar — frisou — é que na Assembleia o PPD e o CDS — os dois partidos reaccionários que antes das eleições tanto gritavam que iam ganhá-las — não estão em maioria e que o PS e o PCP, os dois partidos democráticos, em resultado do voto à esquerda do povo português, têm uma folgada maioria."

Referindo-se de imediato à maioria de esquerda Álvaro Cunhal afirmou que "existem as condições básicas para a constituição duma maioria de esquerda socialista-comunista na Assembleia da República, que pode constituir uma sólida base ao nível dos órgãos do Poder para a formação dum governo de esquerda com socialistas, comunistas, independentes e militares."

"Se os democratas souberem lutar", disse mais adiante o Secretário-Geral do PCP, "a reacção não recuperará nas eleições presidenciais o que perdeu nas legislativas. O objectivo da reacção é "a constituição de um governo PS-PPD, ou PS-CDS ou PS-PPD-CDS."

"É INDISPENSÁVEL NÃO IR ATRÁS DE EMOÇÕES»

As candidaturas militares dos conselheiros da revolução e a candidatura do major Otelo Saraiva de Carvalho foram dois temas particularmente focados no discurso de Álvaro Cunhal. Sobre a primeira, depois de recordar que o PCP dissera considerar vantajoso que o Presidente da República fosse um militar, o Secretário-Geral do PCP reafirmou que "o ideal teria sido que o Conselho da Revolução tivesse opinião unânime acerca de um candidato que, ao mesmo tempo, aparecesse perante o povo português como decidido a defender e a garantir o processo democrático e pudesse assim ter o apoio de comunistas e socialistas".

"Não apoiar mas tão pouco hostilizar" foi a posição reafirmada por Álvaro Cunhal, relativamente às duas candidaturas de militares do Conselho da Revolução, acrescentando que "uma das maiores preocupações do PCP no actual momento é contribuir pela sua acção política para o reforço dos sentimentos e da consciência democrática nas Forças Armadas e, nessa base, para a unidade e eficiência do Conselho da Revolução, das Forças Armadas, inspirados pelo ideal libertador do 25 de Abril."

"Na situação que atravessamos é indispensável não ir atrás de emoções", disse mais adiante, para depois adiantar que "há forças reaccionárias e esquerdistas que gostariam de empurrar o PCP e com ele o movimento operário e popular para a contestação das estruturas militares, de forma a provocar a ruptura entre os comunistas e os trabalhadores de um lado e as Forças Armadas do outro. Não caímos no passado e não cairemos no futuro num tal logro", acrescentou.

"A REACÇÃO COMEÇA A ESTAR INQUIETA"

"Não nos devemos impressionar com o facto de os partidos reaccionários (o CDS e o PPD) assim como organizações do grande capital e dos grandes agrários (como a CIP e a CAP) declararem apoiar tal ou tal candidato", disse Álvaro Cunhal, pois "no início da campanha eleitoral, a grande manobra da reacção foi conseguir apropriar-se politicamente da candidatura mais viável e tentar estabelecer no apoio ao futuro Presidente e na convivência com o PS em torno da candidatura as bases para uma futura coligação PS-PPD-CDS, promovida pelo próprio Presidente."

"Mas o plano não saiu assim tão fácil — prosseguiu o Secretário-Geral do PCP — e a reacção começa a manifestar-se inquieta e nervosa."

"Alguns sectores muito decididos de início a apoiar um candidato ao mesmo tempo que acusavam outro de ter o apoio do PCP, começam agora a apoiar o que acusavam outro de ter o apoio do PCP, começam agora a apoiar o que acusavam e a acusar de condescendente para o PCP aquele que há pouco louvaminhavam", completou Álvaro Cunhal.

Tudo isto acontece porque "a reacção não quer um Presidente que respeite a Constituição" e não tem um candidato seu, "directamente ao seu serviço", por isso "na medida em que qualquer candidato e amanhã o Presidente se mostre fiel à sua palavra, de defender a democracia e a independência nacional, a reacção começará a combatê-lo, a atacá-lo, a caluniá-lo e relançará as intrigas, as tentativas divisionistas, a chantagem e as violências."

"CANDIDATURA DE OTELO: APOIOS E VOTOS PERDIDOS"

Passando a analisar a candidatura do major Otelo Saraiva de Carvalho, Álvaro Cunhal salientou que esta candidatura é "no seu significado e nas suas perspectivas, completamente diferente das candidaturas dos militares membros do Conselho da Revolução." E depois de frisar que "não é tanto o candidato que discutimos" nem são correctos "os ataques que procuram reviver a conduta durante acontecimentos trágicos e controversos", o Secretário-Geral do PCP afirmou que o major Otelo Saraiva de Carvalho "não é representativo, nem de longe nem de perto, das actuais estruturas militares", antes aparecendo "como um elemento exterior e contestatário."

Por outro lado, "a sua actual intervenção na vida política, pela sua própria personalidade, pela oposição às estruturas militares e ao Conselho da Revolução, de nenhuma forma é contribuição para a defesa e consolidação da influência democrática nas Forças Armadas e a reaproximação e entendimento entre as várias tendências democráticas num projecto comum, mas surge como factor de novas divisões, de novos conflitos, de novas ilusões em sectores de esquerda, de nova radicalização dos sectores da direita."

Sobre uma alegação de que uma forte votação em Otelo poderia dar-lhe novas possibilidades de ser um elemento unificador das Forças Armadas, para defesa do processo revolucionário, Álvaro Cunhal respondeu com uma pergunta: "Como poderia agora fazê-lo quando não o fez, porque não soube ou não quis, quando era membro do Conselho da Revolução, membro do triunvirato e chefe poderoso e influente do COPCON, tendo sob as suas ordens metade do potencial militar português?"

Referindo-se depois "aos grupos aventureiristas que o apoiam", Álvaro Cunhal disse que a sua orientação conduz "não ao reforço da aliança entre o povo e as Forças Armadas, mas ao lançar o povo contra as Forças Armadas e, como resultado, facilitar o propósito dos sectores reaccionários de lançarem as Forças Armadas contra o povo."

Um outro aspecto da mesma acção é "a divisão, desorganização e enfraquecimento" da classe operária e das massas populares. O objectivo real da candidatura , segundo Álvaro Cunhal, "não é levar Otelo a Belém" mas "criar bases de apoio para o reforço de grupos esquerdistas e aventureiristas desacreditados, animados pelo objectivo fundamental de combater o Partido Comunista Português", e salientou que um fim essencial "é minar a base de apoio do PCP". E acrescentou: "é a continuação da política divisionista desagregadora da FUR".

Álvaro Cunhal terminou a sua análise à candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho afirmando que "o apoio e o voto a esta candidatura é um apoio perdido e um voto perdido para a esquerda."

TRABALHADORES DO ALENTEJO E ALGARVE SAUDARAM A CANDIDATURA COMUNISTA

Os heróicos trabalhadores que realizam e defendem a Reforma Agrária, dando uma face nova de vida e de esperança a este velho Alentejo de luta e de combate, acorreram às estradas, às vilas e às cidades para saudarem Octávio Pato, o candidato do Partido da Reforma Agrária

No passado fim-de-semana, as terras do Alentejo e Algarve foram cenário de grandes manifestações e concentrações de massas, nas quais ficou bem patente o grande apoio popular à candidatura do camarada Octávio Pato à Presidência da República. Através de quilómetros e quilómetros de novas searas que florescem no Alentejo livre da exploração, da opressão, da fome e da miséria – essas novas searas que darão este ano, ao povo português, o novo pão, pão ainda amassado com suor mas sem as lágrimas e o sangue dos mártires – o heróico proletariado agrícola do Sul, nos campos e nas cidades, nas cooperativas e herdades colectivas, saudou a presença do candidato do partido da Reforma Agrária e dos pequenos e médios agricultores. Jornada plena de grande entusiasmo e confiança esta que levou o camarada Octávio Pato a terras alentejanas e algarvias.

VENDAS NOVAS

Sábado, ao princípio da tarde, algumas centenas de pessoas aguardavam o camarada Octávio Pato em Vendas Novas, primeira etapa da jornada alentejana. Acompanhado dos camaradas Dinis Miranda, membro do Comité Central, e Aurélio Santos, membro suplente do CC, o camarada Octávio Pato pronunciou uma breve alocução entusiasticamente saudada pelos trabalhadores de Vendas Novas. Antes, realizou-se uma sessão de canto livre, na qual participaram Samuel, José Manuel Osório e Cecília.

Pelas estradas do Alentejo, pelos novos caminhos da Reforma Agrária, de localidade para localidade, a caravana que acompanhava o candidato comunista era frequentemente saudada por delegações de trabalhadores agrícolas.

MONTEMO-O-NOVO

Montemor-o-Novo foi a etapa seguinte. Grande concentração de trabalhadores agrícolas aguardavam a chegada do camarada Octávio Pato, com os seus tractores e atrelados pejados de gente, com as alfaias que modificam a fisionomia dos campos alentejanos antes votados ao abandono. Eram muitos os milhares de pessoas que saudavam o candidato do PCP.

Após uma sessão de canto livre em que participaram Cecília, Samuel e José Manuel Osório, realizou-se um comício, que contou com a participação, além de Octávio Pato, Dinis Miranda e Aurélio Santos, do camarada António Gervásio, membro da Comissão Política do CC do PCP. Numa recepção vibrante, a população de Montemor acompanhou depois Octávio Pato até ao Jardim da Praça da República onde se realizou um grande comício. No trajecto que percorreu a pé, Octávio Pato foi entusiasticamente abraçado e aplaudido por dezenas de populares que gritavam "Octávio Pato é o nosso candidato". Dirigindo-se depois às centenas de pessoas que se juntavam no Jardim, o candidato comunista abordaria a grande conquista da Reforma Agrária, que tanto representa para o povo trabalhador alentejano, recordando a seguir que "a Reforma Agrária, ao contrário do que alguns demagogicamente afirmam, não começou no Alto do Duque onde estava o COPCON, mas sim nas terras do Alentejo e do Ribatejo, e foi feita especialmente pelos trabalhadores agrícolas que tinham ao seu lado o Partido Comunista Português, Partido que desde sempre, nas condições mais duras, lutou pela concretização deste anseio dos trabalhadores agrícolas".

Após o vibrante comício de Montemor, o camarada Octávio Pato iniciou a viagem que o havia de conduzir a Évora, acompanhado de uma caravana de automóveis. Na planura alentejana, o candidato da Reforma Agrária era saudado pelos que a realizam.

ÉVORA

Uma concentração de alguns milhares de pessoas aguardavam o camarada Octávio Pato. Com a presença dos camaradas da direcção do nosso Partido que acompanhavam o nosso candidato, realizou-se, seguidamente, um comício. Após uma sessão de canto livre na qual participaram Samuel e o Intróito, o camarada Octávio Pato pronunciou um discurso, tendo afirmado, a determinado passo:

"A grande votação do povo alentejano na esquerda, e em particular no Partido Comunista Português, é uma exuberante manifestação de apego às liberdades e de apoio às conquistas da revolução, particularmente à maior de todas as realizações da revolução portuguesa, à mais profunda transformação revolucionária desde o 25 de Abril – a Reforma Agrária".

"Sendo uma vitória dos trabalhadores – sublinhou – a Reforma Agrária é também uma vitória do Partido Comunista Português.

"Nenhum outro partido pode, legitimamente e com verdade, apresentar-se como tão ligado à luta dos trabalhadores alentejanos como o PCP. Assim como nenhum outro tem demonstrado confiar na capacidade do proletariado para dirigir a economia e construir uma vida nova". – prosseguiu o camarada membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, que mais adiante acrescentaria:

"Já no ano passado aumentou muito, em relação aos anos anteriores, a produção de cereais. As previsões para este ano dão novos e espectaculares aumentos da produção, em relação ao ano passado:

Mais 11 mil toneladas de centeio
Mais 28 mil toneladas de cevada
Mais 30 mil toneladas de aveia
Mais 270 mil toneladas de trigo."

Depois de denunciar os inimigos da Reforma Agrária, que dispõem de "dinheiro, poder e influência", o camarada Octávio Pato acentuou que nos últimos dias se verificaram no Alentejo 5 incêndios, "dois dos quais já se apurou tratar-se de acções de fogo posto".

Entretanto – acrescentou – "a imprensa reaccionária e fascista lança uma vergonhosa campanha de mentiras e provocações contra a Reforma Agrária, contra os trabalhadores alentejanos em geral e os comunistas, em particular", ao mesmo tempo que, em diversos casos "se verifica que nem sempre o aparelho de Estado está a funcionar como um apoio eficaz aos esforços gigantescos desenvolvidos pelos trabalhadores.

"O reconhecimento das novas unidades colectivas de produção, o apoio e ajuda técnica do Estado, os créditos e facilidades para a aquisição de máquinas, alfaias, sementes e adubos, têm sido com frequência entravados no aparelho estatal ligado à Reforma Agrária, quer por deficiências na estruturação e organização dos serviços, quer pela acção deliberada de forças políticas apostadas em liquidar a maior das realizações da revolução Portuguesa" – salientou o camarada Octávio Pato que, mais adiante, depois de referir "as dificuldades levantadas à concessão de créditos à Reforma Agrária" que "constituem um autêntico atentado contra a economia nacional", acrescentou:

"Nas últimas eleições, o povo alentejano deu mostras de entender que a única forma de assegurar que as conquistas da revolução de Abril serão firmemente defendidas é a criação duma maioria de esquerda na Assembleia da República e dum Governo de esquerda.

"Identificando-se com os mais profundos enseios do nosso povo, o Partido Comunista Português chamou os trabalhadores à luta por esses objectivos. Os trabalhadores responderam de forma positiva.

Mas a luta não terminou.

"A candidatura comunista à presidência da República é um indispensável contributo para dar continuidade e assegurar o sucesso final do largo movimento de opinião democrática que, com tanto êxito, se exprimiu nas eleições de Abril, no sentido da formação de uma maioria de esquerda na Assembleia da República e de um governo de esquerda com participação comunista".

Depois de sublinhar que o voto no candidato comunista à Presidência da República é um verdadeiro voto útil, o camarada Octávio Pato aludiu aos "intuitos com que alguns grupos esquerdistas procuram impulsionar a candidatura do major Otelo Saraiva de Carvalho, e aproveitar-se da sua popularidade", acrescentando:

"Não se trata de discutir a personalidade de um homem nem fazer a história do seu comportamento e papel ao longo do processo revolucionário. Trata-se sim de analisar os objectivos políticos de uma candidatura, ao que ela conduz. Se ao reforço das posições populares e da sua coesão, se ao seu enfraquecimento e divisão. E queremos aqui afirmar que não confundimos os democratas e antifascistas sinceros e combativos que, perante a complexidade da situação, vêem na figura do major Otelo a possibilidade de marcar uma posição de esquerda, e os grupos políticos de reduzida influência que apenas vêem na candidatura do major Otelo e nos sentimentos populares antifascistas a possibilidade de virem à ribalta brilhar uns dias e tirarem dos resultados eleitorais, não ilacções que sirvam ao combate contra a direita, mas que sirvam, como alguns aliás não escondem, o seu combate contra o PCP".

E a concluir o candidato comunista à Presidência da República afirmou:

"A candidatura comunista é uma candidatura clara, segura, apoiada por um Partido com uma só cara, uma só política, baseada na confiança dos trabalhadores, nos propósitos unitários que a movem e determinam. A candidatura comunista à Presidência da República é uma candidatura de combate às manobras dos inimigos das liberdades, da democracia e do socialismo.

"A candidatura comunista à Presidência da República é uma candidatura de independência mas de cooperação, que deseja exprimir aspirações que são de unidade e abrir as perspectivas que os interesses democráticos e nacionais exigem."

POR TERRAS DA REFORMA AGRÁRIA

Após o comício realizado em Évora, Octávio Pato efectuou uma deslocação a várias localidades do distrito, tendo começado por realizar uma breve paragem na Vendinha. Na rua, uma grande concentração de trabalhadores saudou entusiasticamente o candidato do PCP.

Da Vendinha, a caravana seguiu para Montoiro, terra natal do camarada Dinis Miranda. Também aqui, uma grande concentração de trabalhadores mostrava o apoio das massas populares à candidatura comunista às eleições para a Presidência da República. Após um breve comício, os trabalhadores desfilaram pelas ruas da vila, ladeando o camarada Octávio Pato.

Depois de um comício efectuado no Redondo, com a presença de muitas centenas de pessoas, o camarada Octávio Pato dirigiu-se para Bencatel. Apesar da hora já tardia, muita gente aguardava o candidato comunista. Cravos vermelhos e determinação revolucionária enchiam a noite alentejana em Bencatel. Na Praça da República, repleta de trabalhadores, Octávio Pato, num breve improviso, recordou mais uma vez a luta dos trabalhadores agrícolas pela Reforma Agrária. Sublinhando as suas palavras, o povo de Bencatel gritou: "Octávio Pato é o nosso candidato" e "Octávio Pato, candidato dos trabalhadores".

Com um grande atraso, a caravana passou por Vila Viçosa, sendo saudada por muitas centenas de pessoas que, apesar da hora tardia, não quiseram deixar de saudar o camarada Octávio Pato.

Finalmente, Borba foi a última etapa, tendo a caravana que acompanhava o candidato comunista ali chegado com duas horas de atraso. No entanto e apesar da demora, ninguém abandonara o local. Eram centenas e centenas de pessoas, manifestando o seu apoio ao candidato comunista, gritando bem alto: "Para a esquerda avançar, no Octávio Pato vamos votar".

Entretanto, realizava-se em Évora uma grande festa. "Cantemos a boa colheita" era o seu objectivo, um hino à Reforma Agrária e ao heróico trabalho do proletariado alentejano. Enquanto Ary dos Santos e Joaquim Pessoa participavam nesta vibrante festa, José Barata Moura e Samuel acompanharam o camarada Octávio Pato na sua digressão pelas localidades do distrito.

EM PORTEL A LIÇÃO DA UNIDADE

No domingo, Octávio Pato iniciou a viagem para Faro. Através das terras alentejanas, terras de combate e de sacrifício, a extraordinária lição da unidade aconteceu em Portel, como podia ter acontecido em qualquer outra localidade deste Alentejo florido.

Em Portel, na entrada da herdade colectiva "Catarina Eufémia", os trabalhadores aguardavam a passagem de Octávio Pato. Uma cor, duas bandeiras: a cor vermelha, as bandeiras do Partido Comunista e do Partido Socialista. Os militantes socialistas da herdade associavam-se aos seus camaradas comunistas para saudarem o candidato do Partido da Reforma Agrária.

No decorrer do encontro entre o camarada Octávio Pato e os trabalhadores agrícolas, um deles diria: "Os socialistas são trabalhadores como os comunistas, têm os mesmos problemas, defendem os mesmos interesses, não é justo pô-los de parte".

Assim se forja a unidade dos trabalhadores no Alentejo, em torno da defesa da Reforma Agrária, em torno da defesa da democracia.

Na sua intervenção, o camarada Octávio Pato referiu-se a essa unidade: Ela é já um facto nos locais de trabalho e tudo devemos fazer para que a maioria numérica de esquerda que existe na Assembleia da República se concretize na prática num governo de esquerda, para que as grandes conquistas da Revolução portuguesa sejam consolidadas e os interesses dos trabalhadores sejam defendidos".

Ainda antes de chegar a Faro, o camarada Octávio Pato parou em Beja, onde decorria um plenário distrital do nosso Partido, com a presença do camarada Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central. As muitas centenas de militantes comunistas reunidos na Escola Industrial de Beja saudaram entusiasticamente o camarada Octávio Pato.

FARO

Faro foi a última etapa deste vibrante fim-de-semana por terras alentejanas e algarvias. Um grande comício realizado na esplanada S. Luís contou com a presença de milhares de pessoas.

O camarada Octávio Pato, que se encontrava acompanhado pelo camarada José Vitoriano, da Comissão Política do CC do PCP, que pronunciou uma breve alocução na qual se referiu à importância das próximas eleições e ao significado da candidatura comunista.

Por último, usou da palavra o camarada Octávio Pato.

Após saudar o povo algarvio e assinalar o significado de que se revestiram as jornadas de propaganda no Norte do País, onde "o povo tem vindo a travar uma dura mas corajosa e persistente batalha pelas liberdades democráticas, contra as forças reaccionárias", o camarada Octávio Pato salientou a importância da candidatura promovida pelo PCP afirmando nomeadamente:

"Com o anúncio da candidatura comunista à Presidência da República, a situação que se estava anteriormente a caracterizar, do lado do campo popular, por alguma perturbação, perplexidade e impaciência, está-se clarificando, porque com a candidatura comunista se rasgam perspectivas claras de acção útil, de trabalho frutuoso e de luta positiva pela consolidação da democracia.

Com a candidatura comunista à Presidência da República abrem-se horizontes novos para que a vontade popular de não pactuar com a direita e a reacção e de ver concretizada e assegurada uma política democrática consequente em todos os órgãos do Poder, se possa exprimir com mais segurança, confiança e independência."

O camarada Octávio Pato falou em seguida do significado muito especial das próximas eleições no que se refere à consolidação da democracia em Portugal – por que os comunistas sempre se têm batido – sublinhando que "em cada momento em que a ordem democrática se consolida, a direita e a reacção não desarmam e procuram, sob tácticas diversas, recuperar o terreno perdido e ganhar posições nos órgãos de Poder".

O camarada Octávio Pato frisou muito particularmente as manobras que as forças de direita desencadearam em torno de algumas das candidaturas no sentido de falsearem os resultados das eleições para a Assembleia da República, no sentido de criarem condições que impeçam ou prejudiquem a concretização da vontade expressa pelo povo português no sentido de uma maioria de esquerda e de um governo de esquerda.

Referindo-se concretamente aos resultados que podem advir da utilização pela direita e pelos grupos esquerdistas das candidaturas de militares, afirmou o camarada Pato:

"O PCP mantém a sua posição de que no seu conjunto, e apesar das grandes oscilações e acidentes do complexo processo da revolução portuguesa, a participação dos militares do 25 de Abril e de outros que com o seu espírito se vierem a identificar, foi, é e continuará a ser da mais alta importância para assegurar a estabilidade, consolidação e prosseguimento do processo democrático e para garantir a fiel aplicação e respeito pela Constituição da República Portuguesa.

"O estabelecimento de roturas e fracturas entre sectores democráticos civis e militares, a contraposição sucessiva de personalidades militares umas contra as outras, a criação de choques, ressentimentos e conflitos entre o movimento popular e as Forças Armadas, só à direita podem interessar, e é por isso dever das forças de esquerda, das forças progressistas, de todos os democratas coerentes, de todos os verdadeiros revolucionários, evitarem cair ou estimular situações que para tal concorram ou contribuam."

E acrescentou:

"O PCP é um partido responsável, e por isso a sua candidatura à Presidência da República não assenta na exploração de divergências e reservas em relação a figuras militares e coloca acima de objectivos de popularidade fácil, o objectivo sério e construtivo de chamar os trabalhadores e as massas populares a, nesta grande batalha que são as eleições presidenciais, exprimirem não apenas um voto de simpatia ou repúdio, não apenas a marcar uma posição, mas a darem a sua acção e o seu voto à luta constante por um projecto democrático e patriótico, à luta pela formação de uma maioria de esquerda, por um governo de esquerda, por uma solução democrática, segura e clara, para a Presidência da República."

Abordando depois a candidatura do major Otelo Saraiva de Carvalho, o camarada Octávio Pato denunciou os objectivos divisionistas que declaradamente animam os grupelhos esquerdistas que a promovem, acobertando-se atrás da figura do major Otelo.

Referindo-se às consequências que a abusiva utilização por parte de tais grupelhos de organizações populares que têm vindo a desmentir as afirmações que lhes são atribuídas por esses grupelhos, o camarada Pato expôs a posição do PCP em relação às organizações populares e à manipulação demagógica que deles se pretende fazer:

"As formas de organização popular — comissões de moradores, comissões de aldeia, comissões de trabalhadores, cooperativas e outras organizações populares de base — desempenham um importante papel na Revolução. Elas mobilizam amplas camadas da população para a luta em defesa dos seus interesses imediatos e comuns, e também para a luta por uma administração local e central que tenha como preocupação constante a melhoria das condições de vida material e cultural dos trabalhadores.

"Contra o que pretendiam os partidos reaccionários (PPD e CDS) os direitos e o papel dessas organizações populares ficaram consignados na Constituição, ainda que com amputações injustificadas. Para esta vitória os deputados comunistas desempenharam um papel determinante.

"Há quem pretenda lançar as organizações populares de base contra os partidos políticos democráticos, e em especial contra o PCP. Há quem, procurando o apoio das organizações populares para fins políticos divisionistas, procure semear neles a desconfiança, senão mesmo a hostilidade contra o PCP. Há quem, insistindo num populismo primário e cego, procure afastar as organizações populares de base de uma larga frente política unitária de esquerda, força indispensável para assegurar o prosseguimento do processo revolucionário. Não se pode deixar de lamentar que o próprio candidato, à sombra do qual se movem os grupos esquerdistas que procuram disfarçar a sua fraqueza empurrando para a frente as organizações populares, venha, também, ainda agora, insistir na sua velha e muito prejudicial tendência para apreciar superficialmente os partidos políticos, para os considerar um factor de divisão do povo português, e sobretudo manifestar a sua persistente inclinação para tratar todos os partidos políticos pela mesma medida. Hoje, como noutros períodos em que insistiu nessa tese, o major Otelo Saraiva de Carvalho limita-se a não esclarecer, a não mobilizar, e leva, quando muito, à desorientação e à confusão alguns dos que o ouvem ou lêem. O mínimo que se pode dizer de tais teses, é que a insistência nelas, no preciso momento em que o principal inimigo dos trabalhadores e das massas populares são os partidos reaccionários, o PPD e o CDS, e em que a vitória sobre esse perigo e essa ameaça depende, em grande parte, da unidade e influência dos partidos de esquerda, se traduz objectivamente na absolvição dos partidos reaccionários, na ausência da sua denúncia, no esquecimento da sua condenação.

"A todos os que dizem que as organizações populares são tudo e os partidos políticos democráticos não são nada é altura de lhes lembrar alguns factos importantes.

"O Partido Comunista Português não descobriu as organizações populares de base, como agora se chamam, depois do 25 de Abril. Muitos anos antes da queda do fascismo, na noite da clandestinidade, os militantes comunistas impulsionaram a criação de milhares, digo bem, milhares, de comissões de trabalhadores, de comissões de bairro, de comissões de rua, de comissões de aldeia, de cooperativas, de clubes e agremiações populares, de grupos desportivos e teatrais. Nessas organizações populares de base se formaram muitos militantes antifascistas. Nelas se realizava uma unidade muito ampla, quer para a defesa dos interesses imediatos das populações, quer para a luta contra a repressão e o fascismo.

"Nas novas condições políticas criadas após o 25 de Abril, essas formas de organização popular desenvolveram-se rapidamente, transformando-se numa importante força nacional. Nesse grande esforço popular, os comunistas desempenharam um papel da maior importância, um papel de vanguarda.

"Os factos mostram, pois, que as organizações populares de base não surgiram para se opor aos 'partidos', como dizem os populistas. Pelo contrário, elas nasceram sob o impulso dos antifascistas, e designadamente dos comunistas que dentro delas desempenharam sempre um papel fundamental.

"As organizações populares de base, expressão valiosa e original da unidade das amplas camadas trabalhadoras do nosso povo, não se contrapõem ao PCP, ao partido da classe operária portuguesa, nem às restantes forças políticas democráticas e de esquerda. Todas estas forças têm interesses comuns, na luta contra inimigos comuns. Todas estas forças estão sob a ameaça da restrição muito séria das liberdades de que desfrutam, caso os partidos reaccionários consigam tomar o Poder. A unidade de todas as forças políticas de esquerda e das organizações populares é indispensável para que essas ameaças sejam afastadas e a Revolução prossiga o seu curso, a caminho do socialismo."

A concluir a sua intervenção, o camarada Octávio Pato referiu uma vez mais a importância e os objectivos da candidatura comunista à Presidência da República:

"A candidatura comunista à Presidência da República não visa efeitos de agitação que se esgotem ingloriamente no dia da contagem dos votos.

"Os votos recebidos pelo candidato comunista não serão apenas votos recebidos por um homem mas votos recebidos para realizar uma política que é clara, conhecida e está de acordo com a votação de 25 de Abril último. Serão votos para realizar uma política que, sendo proposta pelo PCP, tem em conta as aspirações de todos os sectores democráticos, patrióticos e antifascistas, e corresponde às exigências do momento actual da revolução portuguesa. Serão votos para realizar uma política indispensável para vencer a crise e assegurar o feliz prosseguimento do processo democrático. Serão votos que reforçarão e consolidarão as posições do movimento popular, do campo democrático, de toda a esquerda."

E acrescentou:

"Uma grande votação na candidatura comunista à Presidência da República, um novo, amplo e audacioso movimento de opinião democrática, em torno da candidatura comunista, serão indiscutivelmente, um contributo de extrema importância para fazer fracassar projectos de aliança do PS com a direita, para desmascarar e desarticular as manobras envolventes da direita em curso nestas eleições presidenciais, e terão grandes e positivas consequências nos rumos futuros da política nacional."

As edições Avante! estão nas Feiras do Livro de Lisboa e Porto

As edições Avante! recomendam

livro do dia

Lisboa

5.ª feira — **Abril, Abril,** textos de escritores comunistas ~~20$00~~ – 25$00

6.ª feira – **Discursos Políticos,** Álvaro Cunhal (vol. I, II, III, IV, V.) ~~220$00~~ – 130$00

Sábado – **Curso Básico do Comunismo Científico,** (vol. I, II, III, IV) ~~180$00~~ – 100$00

Domingo – **Obras Completas de Soeiro Pereira Gomes,** ~~100$00~~ – 60$00

2.ª feira – **O PCP e a Luta pela Reforma Agrária** ~~35$00~~ – 25$00

3.ª feira – **Partido Proletário de novo tipo,** Lénine ~~35$00~~ – 25$00

4.ª feira – **O PCP e a Juventude,** ~~50$00~~ – 30$00

Porto

5.ª feira – **Documentos do Comité Central do PCP** (vol. I, II, III) ~~180$00~~ – 110$00

6.ª feira – **7.º Congresso do PCP** ~~100$00~~ – 60$00

Sábado – **Documentos do Comité Central do PCP** 1965/1974 (Série especial) ~~120$00~~ – 75$00

Domingo – **Curso Básico do Comunismo Científico** (4 volumes) ~~140$00~~ – 100$00

As Edições «Avante!» em especial recomendam aos seus leitores a leitura de

ATÉ AMANHÃ CAMARADAS

de Manuel Tiago

— «O original dactilografado do romance 'Até Amanhã Camaradas' foi encontrado, junto de outros originais, num arquivo formado, no decurso dos anos, ao sabor de incidentes e acidentes na vida agitada daqueles mesmos dos quais o romance dá alguns exemplos típicos.

«Desconhece-se quem é o autor. O único exemplar encontrado não tem assinatura. Só numa pequena folha apensa e agrafada, podia ler-se, em rabisco apressado, o nome de Manuel Tiago, pseudónimo de certeza».

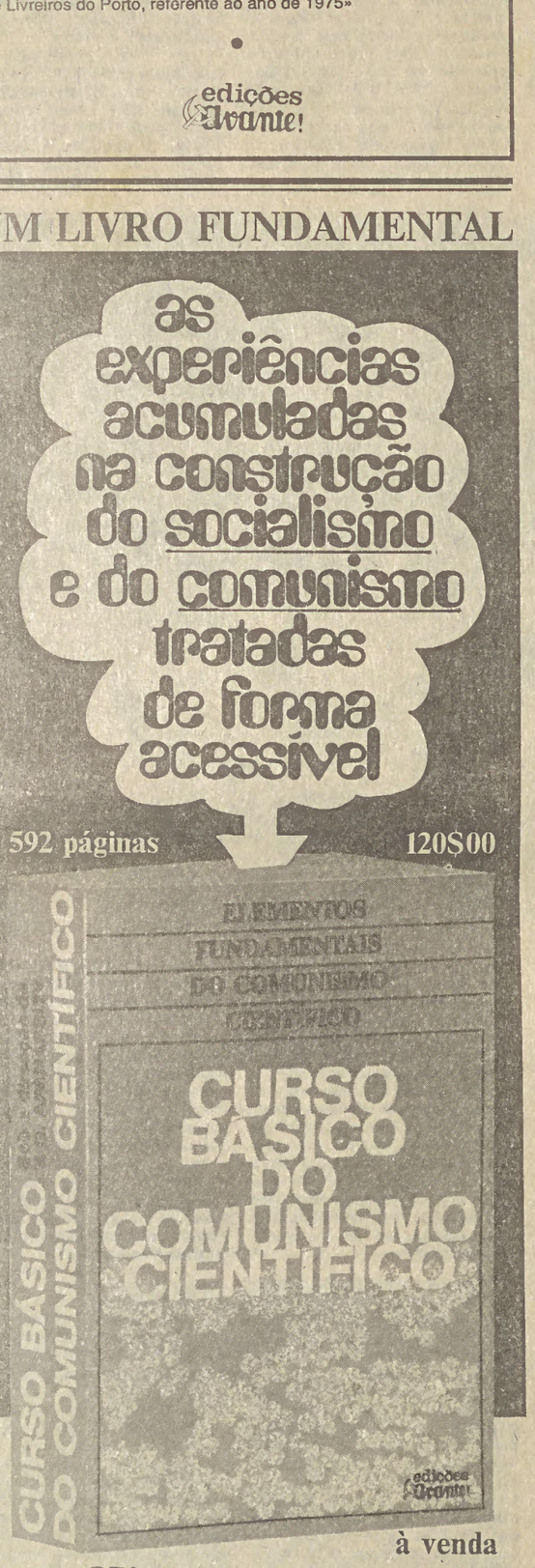
(«Prémio Soeiro Pereira Gomes» da Associação dos Editores e Livreiros do Porto, referente ao ano de 1975»

edições Avante!

UM LIVRO FUNDAMENTAL

as experiências acumuladas na construção do socialismo e do comunismo tratadas de forma acessível

592 páginas 120$00



à venda

Pedidos a: CDL — Central Distribuidora Livreira Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa-1

Angola prepara-se para o futuro

OS RETORNADOS NÃO PODEM SER ARMA E JOGUETE DA REACÇÃO

Em condições de igualdade ao lado dos restantes trabalhadores, os retornados que o desejem devem poder reintegrar-se e refazer a sua vida em Portugal, terminando as situações de segregação e privilégio que só adiam o problema sem o resolverem

A completa integração dos retornados na sociedade portuguesa é possível e desejável. Todos os que não pretendam regressar aos novos países africanos libertos do colonialismo português devem dispor aqui em Portugal das garantias necessárias para refazer a sua vida e a dos familiares.

O Partido Comunista Português, nas suas tomadas de posição sobre o problema, tem sido claro na defesa dos interesses dos retornados que se identificam com os da grande maioria dos outros trabalhadores portugueses. Os retornados não formam nenhuma "classe" aparte. Qualquer tentativa para os marginalizar deve ser combatida com decisão. Os seus direitos são os direitos de todos os portugueses garantidos pela Constituição.

Mas muito se iludem aqueles que pensam numa recuperação capitalista, que pensam no regresso ao fascismo para resolver os problemas dos retornados. O capitalismo é o sistema do desemprego, da inflação, da repressão, da contínua degradação das condições de vida das classes trabalhadoras. Numa situação difícil como trabalhadores, cujos problemas não podem ser resolvidos com os subsídios do IARN, ou de qualquer outra instituição, os retornados tudo têm a ganhar lutando por uma sociedade donde desapareça o desemprego, onde não sejam possíveis as crises do capitalismo — cujo peso maior é sempre suportado pelas classes trabalhadoras — por uma sociedade onde uma economia planificada, aberta ao socialismo, crie novos postos de trabalho, novos empregos para serviço de todo o povo e não de um punhado de grandes capitalistas e agrários.

Os interesses da maioria dos retornados não diferem dos interesses dos trabalhadores portugueses, daqueles que votaram, nas eleições para a Assembleia da República, por uma maioria de esquerda e por um governo de esquerda para Portugal.

Ainda recentemente o Organismo dos Retornados do PCP de Lisboa (depois disso já foi criado outro no Porto) lembrava que os retornados estão cansados de servir como arma e joguete das forças reaccionárias. Não querem ser manobrados por uma Comissão qualquer (deve haver mais de 15 "organizações" de retornados!) que se arvora em seu porta-voz e ordena em quem se deve votar, como ainda há pouco sucedeu com a chamada "Comissão Distrital dos Desalojados Ultramarinos" de Viana do Castelo que, proclamando-se "representante dos desalojados" ordenava que votassem no CDS.

Era hábito do fascismo considerar os trabalhadores como gente de menoridade, a quem se ordenava isto e aquilo. Apesar do obscurantismo e da ignorância, que cultivou entre as massas trabalhadoras, durante 50 anos, nunca o fascismo teve êxito nessa tarefa. Teve, pelo contrário, de enfrentar uma resistência que nada tinha a ver com o conceito que os fascistas faziam dos trabalhadores.

Mas o mesmo tentam experimentar agora alguns retornados que defendem os mesmos privilégios que defendiam os fascistas. O êxito dessas tentativas será cada vez menor. Assim o provam várias iniciativas dos trabalhadores retornados, entre as quais adquire relevo especial a sua unidade, revelada na formação de cooperativas, na reivindicação de direitos ao lado de outros trabalhadores não retornados, na adesão ao PCP, onde se organizam para intervir nas lutas que são de todo o povo. E entre essas lutas se conta o dever assumido de contribuir para que melhorem urgentemente as relações de Portugal com Angola e Moçambique e aumente a solidariedade entre os seus povos no combate ao imperialismo.

UMA MENTALIDADE CONDENADA

"O PCP não confunde uma minoria de retornados, que mantém uma mentalidade fascista e colonialista, com a grande massa de retornados que, na complexidade e perigos da situação angolana, vieram para Portugal" — afirmava o camarada Álvaro Cunhal, num comício recente, em Lisboa.

É essa maioria de retornados que, cada dia em número crescente, toma consciência

do engano em que foi lançada pelas forças reaccionárias, comprometidas com o imperialismo e o racismo. Como lembrou o secretário-geral do PCP, essas forças sempre "lhes afirmaram que o MPLA seria derrotado".

Mas o MPLA venceu e, de acordo com a sua política de sempre e desde sempre apoiada pelo PCP, em todos os momentos soube distinguir os seus inimigos. Nunca os confundiu com o povo português que se batia afinal pelo mesmo objectivo: a libertação do jugo fascista apoiado pelo imperialismo.

É dentro desse critério que o Presidente da República Popular de Angola e do MPLA, Agostinho Neto, se dirige aos angolanos e aos portugueses retornados para que regressem, se assim o desejarem, ao novo país que se constrói em África. O povo angolano tem todo o direito de fechar as portas aos inimigos do seu país. Mas abre-as a todos os que pretendem regressar libertos de qualquer resíduo da mentalidade colonialista e racista, a todos aqueles que estejam dispostos a trabalhar ao lado dos angolanos, num território com grandes recursos e onde se abrem perspectivas imensas de desenvolvimento e de boa remuneração para o trabalho consciente e honesto.

O Presidente da RPA não faz promessas no vazio. Mas é preciso que da parte de Portugal se façam esforços para que as suas palavras tenham aplicação prática e urgente. Todos os portugueses que queiram regressar à RPA devem ter condições para o fazer. Os entraves até agora levantados resultam das manifestações de hostilidade e dos actos violentos que contra a RPA têm sido praticados no nosso país. Acabar com eles e seguir uma política de amizade e cooperação é a solução para grande número de problemas em suspenso que afectam designadamente os retornados dispostos a regressar, mas que não se podem manter permanentemente na indecisão com os riscos de instabilidade pessoal e com os prejuízos que isso acarreta.

O Presidente Agostinho Neto e todos os angolanos têm razões de sobra para lembrar que o seu país liberto do colonialismo, mas lutando ainda para destruir as sementes e resíduos que o sistema colonial-fascista aí deixou, não poderá tolerar, sobretudo nesta fase de arranque e de vigilância permanente, que se manifestou dentro da nova sociedade angolana as formas de racismo e de colonialismo que o domínio fascista introduziu profundamente na mentalidade do colonizador e à qual o colonizado não pôde furtar-se.

Eliminar por completo os resultados dessa mentalidade edentro de um país em construção, debilitado pelo saque do colonialismo e pela ingerência armada das forças do imperialismo, é tarefa que não permite qualquer tentativa de infiltração neocolonialista, que não permite o privilégio baseado na cor da pele, como sucedia quando todas as escalas eram aferidas por aquilo que o colonizador impunha, pela ideologia fascista que, muitas vezes inconscientemente, assimilava a transmitia a um povo, a povos inteiros, que só pelas armas se libertaram da opressão.

SESSÕES DE ESCLARECIMENTO COM CARLOS BRITO E F. MIGUEL

Promovida pelo Organismo dos Trabalhadores Bancários de Lisboa do PCP, realizou-se na passada quinta-feira, à noite, na Voz do Operário uma sessão de esclarecimento sobre a actual situação política, onde esteve presente o camarada Francisco Miguel, membro do Comité Central do nosso Partido.

Na mesa que presidiu a esta reunião encontravam-se ainda, João Bernardino Tavares de Sousa, Maria Mafalda, Vasco Corregedor e José Carvalheira Antunes.

Depois da numerosa assistência ter entoado a "Internacional", hino do Partido, e o "Avante Camarada", João Bernardino abriu a sessão tendo proferido algumas palavras introdutórias. Falou em seguida o camarada Francisco Miguel, que desenvolveu na sua análise os factores que caracterizam o actual momento político.

Na sequência da sua intervenção denunciou as manobras reaccionárias da direita, que intensifica os seus ataques contra a ordem democrática e contra a Constituição–lei fundamental do país — tendo apontado, ainda, a actuação das forças da burguesia que, mesmo denominando-se *socialistas*, não seguem o caminho do progresso social ao lado das lutas dos trabalhadores.

Mais adiante, o camarada Francisco Miguel sublinhou que o candidato comunista à Presidência da República, o camarada Octávio Pato, é o candidato das massas trabalhadoras — um verdadeiro revolucionário que procurará, dentro dos princípios da Constituição, assegurar um regime democrático estável, como único garante do desenvolvimento económico, político e social do nosso país.

"Apoiando a formação de um governo de esquerda, os trabalhadores portugueses estão a tentar consolidar uma política correspondente aos seus interesses", concluiu.

SESSÃO NO VASCO SANTANA

Ainda na passada quinta-feira, à noite, o PCP levou a efeito no Teatro Vasco Santana um encontro com elementos do sector intelectual para análise das próximas eleições e do actual momento político. Estiveram presentes os camaradas Carlos Brito, da Comissão Política do Comité Central, e Vital Moreira, ambos deputados comunistas na Assembleia da República.

Salientando que, presentemente, a actividade fundamental do nosso Partido se encontra concentrada nas eleições presidenciais, onde "nos empenhamos com a mesma determinação que permitiu derrotar a direita reaccionária nas eleições para a Assembleia da República", o camarada Carlos Brito referiu-se às mudanças tácticas dos partidos reaccionários os quais não hesitam em dizer que "defendem" e "apoiam" o que recentemente combatiam e rejeitavam.

O camarada da Comissão Política do CC sublinhou, ainda, que só um governo de esquerda, constituído por comunistas e socialistas poderá "dar resposta firme aos ataques sistemáticos da reacção contra o processo democrático e contra as conquistas alcançadas pelos trabalhadores".

CONVÍVIOS POPULARES

Por iniciativa das organizações locais do PCP, centenas e centenas de pessoas participaram entusiasticamente numa festa popular que decorreu na passada sexta-feira, à noite, no Jardim da Amadora, em frente ao Centro de Trabalho do nosso Partido.

A este convívio, que se saldou numa alegre jornada unitária, deram o seu apoio Luísa Basto e Carlos Paredes, e ainda vários artistas amadores. Embora o seu início fosse antecipado para as 23 horas, esta iniciativas dos comunistas da Amadora transformou-se num grandioso convívio de massa, onde não faltaram atractivos: fogo preso, leilões, bancas de vendas, barracas de comes-e-bebes, etc.

As Edições "Avante!" instalaram no local uma banca com as últimas novidades em matéria editorial e muitos artigos de propaganda e divulgação do Partido.

PAVILHÃO DO PCP NA FEIRA DE SACAVÉM

Os camaradas de Sacavém prepararam no recinto onde está a decorrer a feira local um pavilhão do Partido, onde se encontram três bancas (da Editorial "Avante!", da UJC e uma para entrega dos prémios das rifas) com vários materiais de informação e propaganda.

Esta iniciativa dos camaradas de Sacavém, que se integra na campanha de fundos em curso, tem propocionado a muitas centenas de pessoas um contacto amigável em que se salienta o diálogo aberto sobre os ideais dos comunistas e do Partido.

Foi também instalada no *stand* uma aparelhagem sonora, que transmite para o exterior canções e melodias populares.

UM CAMARADA QUE DESAPARECE

Faleceu o camarada Mário Bonito que desde os anos 50 militava no nosso Partido engrossando as fileiras da resistência antifascista e, depois do 25 de Abril, dedicando toda a sua energia criadora à consolidação do processo revolucionário em Portugal.

Mário Bonito contava 55 anos. Arquitecto de profissão, desenvolveu uma intensa actividade cultural no domínio artístico, nomeadamente em cineclubes. Escreveu dezenas de estudos de interpretação de filmes exibidos e nos anos 60, deu a sua contribuição no Teatro Experimental do Porto. Dedicou-se, também, ao trabalho de animação infantil, organizando teatro de fantoches, sessões de convívio e de desenho entre crianças.

No campo profissional o seu exemplo de luta foi constante. Interviu no célebre Congresso dos Arquitectos modernos no Porto. Na Função Pública, após o 25 de Abril, prosseguiu incansavelmente a luta pelo saneamento da máquina administrativa e burocrática herdada do fascismo no sentido de pôr o aparelho administrativo do Estado ao serviço do povo trabalhador, batalhando nas várias frentes do movimento associativo dos funcionários públicos, designadamente na constituição de um sindicato de classe.

O camarada Mário Bonito é autor da capa da primeira edição da obra de Soeiro Pereira Gomes "Refúgio Perdido", editada ainda na clandestinidade.

ESPIRAL

À ATENÇÃO DOS PERITOS

A Associação Soviética para o Comércio Externo "Sudoimport" expõe de 11 a 22 de Junho na XVII Feira Internacional de Lisboa:

- Motores Diesel
- Aparelhagem de rádio
- Motores de bote
- Um modelo da motonave "Kometa"

Os representantes da Associação fornecer-lhe-ão informações completas sobre todos os artigos expostos.

Sejam bem-vindos!

Local da exposição: Pavilhão 4, Stand N.º 396/407
Horas de trabalho:
Sábados, Domingos e Feriados ____ 15 – 23 h.
Dias úteis ____ 17 – 23 h.

SUDOIMPORT

SEMANA INTERNACIONAL

O IMPERIALISMO JOGA NA AMÉRICA LATINA

"O fascismo internacional é o responsável pela morte do general Torres" — afirmou a Federação dos Mineiros da Bolívia, que decretou uma greve de 24 horas e luto de 15 dias, como protesto pelo assassinato do "presidente dos trabalhadores".

Esta a reacção das massas trabalhadoras bolivianas, da sua mais poderosa organização sindical, arrostando embora com uma política governamental em que as perseguições a dirigentes sindicais, a todos os militantes de partidos políticos que se oponham a Banzer, os massacres de camponeses e mineiros, fazem parte do quotidiano.

Durante o seu governo — de Outubro de 1970 a Agosto de 1971 — o general Torres instituiu na Bolívia, em vez do tradicional Parlamento, uma Assembleia Popular de Trabalhadores. Anulou também as concessões de companhias norte-americanas para exploração dos minérios bolivianos e institucionalizou a participação dos trabalhadores na gestão das empresas nacionalizadas.

A sua política de orientação vincadamente anti-imperialista não podia agradar aos mandatários de Washington. Por mão do imperialismo Banzer subiu ao poder para perpetuar por mais algum tempo os privilégios das multinacionais, a rapina dos minérios bolivianos.

Os mesmos que ontem derrubaram o governo de Torres, determinaram agora o seu assassinato. Raptado há dias, Torres foi encontrado assassinado, com três balas na cabeça. Assassinado na Argentina, onde, desde o golpe de direita do 24 de Março, foram mortas, por grupos de direita, 304 pessoas.

O cinismo da reacção não tem limites. Enquanto na cidade de Santiago do Chile, tiranizada pela clique de Pinochet, se inicia uma assembleia geral da Organização dos Estados Americanos, em que terá papel de destaque a discussão dos "direitos humanos", Banzer envia a Buenos Aires um avião para trasladar o corpo de Torres, assassinado pelos seus esbirros, e enterrá-lo na Bolívia com honras de herói.

O avião voltou vazio. Mas o facto em si é elucidativo dos métodos da reacção, lá como cá. Quando o colonialismo português determinou e consumou o assassinato do camarada Amílcar Cabral, a Emissora Nacional — rádio eminentemente fascista — "lamentou" a perda de um amigo de Portugal. Mas então como agora, tais esforços não conseguem lavar as mãos criminosas.

Derrotado no Vietnam, no Laos, no Camboja, em Angola, o imperialismo americano vira-se com particular atenção para a América Latina. São sistemáticos os esforços tendentes a aniquilar o movimento de libertação neste continente. Esforços que passam por uma redobrada campanha contra Cuba socialista e pela criação e reforço da uma estrutura repressiva continental, em que são integrados, num mesmo EIXO POLICIAL - MILITAR os governos da Bolívia, Chile, Uruguai, Brasil, Paraguai e Argentina.

A coordenação de esforços da reacção na América Latina implica um estreitamento das relações entre os povos, entre as forças progressistas, a acentuação da solidariedade mútua, a criação e reforço de organismos de coordenação da sua acção. As organizações que têm vindo a surgir no campo económico, aliando países em vias de desenvolvimento contra a desenfreada exploração imperialista, a violação cada vez mais frequente das "ordens" de Washington relativamente ao isolamento de Cuba, a indignação gerada pela afronta da realização da assembleia geral da OEA em Santiago do Chile (ainda que neste caso fique também patente o poder real, que ainda subsiste, da Casa Branca) — são elementos dessa necessária unidade entre as forças progressistas.

AS FORÇAS COLONIALISTAS JOGAM NO LÍBANO

Enquanto joga na América Latina, para tentar transformar um continente eminentemente revolucionário num foco de reacção internacional, o imperialismo está a seguir com particular atenção e a intervir directamente numa zona que neste momento se apresenta como fulcral — o Médio Oriente. Aí e agora, os esforços para destruir a resistência palestiniana — elemento fundamental na determinação do próprio futuro da zona e indispensável na solução positiva do agudo problema político criado pelo agressor sionista — passam pelo Líbano.

"A União Soviética opõe-se energicamente a uma intervenção colonialista, apresente ela que forma apresentar, nos negócios internos libaneses" — disse o camarada Alexei Kossyguine, primeiro-ministro soviético, no decurso da sua visita à Síria. "As forças colonialistas exploram os acontecimentos sangrentos do Líbano e levam os povos árabes a uma guerra fraticida, semeando a discórdia e os diferendos entre eles para prejudicar a causa da resistência palestiniana" — sublinhou Kossyguine.

É particularmente preocupante a situação no Líbano, neste momento. Enquanto se persiste, a nível de forças políticas internas, no estudo de soluções viáveis, o panorama geral não dá indícios de clarificar-se. No mesmo momento em que as forças políticas libanesas se sentavam à mesa de conversações, provocadores bombardeavam o campo de refugiados palestinianos de Sabra e outras zonas onde se encontram numerosos centros de organizações palestinianas e da esquerda libanesa. A presença militar síria em território libanês surge como particularmente controversa. Acentuam-se diferendos entre forças interessadas numa solução progressista do problema político gerado pelo imperialismo no Médio Oriente. São visíveis os esforços das forças da reacção para manter a situação sem solução, acentuar e provocar fricções, isolar e enfraquecer o movimento de resistência palestiniano. A França e os EUA sondam e agem no sentido de criar condições para uma sua intervenção mais directa.

Entretanto, o próprio agudizar da situação política no Médio Oriente, com a nítida implicação do imperialismo, a permanente agressividade de Israel, a situação insuportável em que lançou os povos das zonas ocupadas, criou terreno propício à frutificação das sementes da revolta. Não já uma revolta gratuita, que permitiu ataques concertados contra a resistência palestiniana na sua globalidade, pela irresponsabilidade de acções suas, mas uma revolta organizada, com um projecto progressista de futuro, e o recurso a formas realmente eficazes de luta, isentas de carácter meramente espectacular.

O futuro do Líbano deve pertencer ao seu povo. Como é ao povo palestiniano que deve pertencer a vida e a terra que lhe querem negar. O diálogo urgente entre as forças envolvidas na solução do problema do Médio Oriente é a única base justa e possível para essa solução.

Os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da URSS

A REPRESSÃO AGUDIZA-SE EM ESPANHA PRESOS SANTIAGO ALVAREZ E AZCARATE

Santiago Alvarez e Manuel Azcarate, membros da Comissão Executiva do Partido Comunista de Espanha, foram presos pela polícia espanhola. Quase simultaneamente, a acusação de um tribunal militar pediu a pena de 18 anos de prisão para outro membro da Comissão Executiva do PCE, Simon Sanchez Montero

Estas prisões, a brutal condenação pedida contra Sanchez Montero, inserem-se numa ofensiva repressiva visando em particular o Partido Comunista de Espanha. Inserem-se em toda uma conjuntura em que sobe de tom a prática de uma política inequivocamente reaccionária, enquanto nos salões de Washington, Ford e Juan Carlos enchem a boca com as palavras liberdade e democracia.

A Espanha pós-Franco caminhará para a "prosperidade, justiça e autêntica liberdade", declarou Juan Carlos na Casa Branca, para afirmar seguidamente que "a monarquia fará com que, sob os princípios da democracia, seja assegurado o acesso ao Poder das distintas alternativas de Governo".

As palavras pronunciadas em Washington nada têm a ver com a realidade que se vive em Espanha. Em contrapartida, os mútuos elogios trocados por Ford e Juan Carlos, traduzem com clareza a comunhão de interesses entre o actual governo espanhol — franquismo sem Franco mal enroupado de liberalização — e o imperialismo norte-americano. Enquanto em Espanha, a imprensa da direita saudava a "nova imagem" do país que teria sido dada pelo rei na sua visita aos EUA, Juan Carlos elogiava a "liberdade" existente nos Estados Unidos.

Discursando perante o Congresso reunido, Juan Carlos viu o seu discurso frequentemente interrompido por palmas. O comunicado publicado pelos serviços de imprensa da Casa Branca afirma serem excelentes as relações entre a Espanha e os Estados Unidos.

Washington tenta apressadamente abrir as portas da Europa "livre" à Espanha. Em nome da "liberalização" que não existe, em nome da democracia prometida, que nada tem a ver com democracia. O que não espanta. A "liberdade" elogiada por Juan Carlos nos Estados Unidos tem estranhas manifestações. Ergue barreiras intransponíveis a delegados comunistas que queiram entrar no país, foi cobertura da "caça às bruxas" contra os verdadeiros defensores dos interesses dos trabalhadores, coexiste pacificamente com o ódio e a discriminação racial, com o florescimento do crime, com a metódica organização, para todas as partes do mundo, de *complots* destinados à liquidação das liberdades, permite o encerramento de Universidades, por falta de financiamento, reforçando entretanto as verbas destinadas à militarização da economia.

Juan Carlos e Ford entenderam-se. É satisfatória a "abertura" em Espanha — sob o ponto de vista da Casa Branca. Imprescindível que os ares do 25 de Abril não contaminem Madrid. Diz-se então que já mudou o que era necessário que mudasse. Sem o saldo das lutas e da intranquilidade. Promete-se paz social (termo estafado na linguagem do fascismo). Multiplicam-se as fachadas dos defensores dos interesses do capital. Salvaguarda-se assim o país do labéu de se basear num partido único (o "pluralismo" ocidental é particularmente sensível a esse aspecto). Fecham-se as portas aos que têm o dever de defender interesses opostos. É fácil apodá-los de "subversivos". E o quadro da "democracia" espanhola está montado.

Aos olhos do mundo do capital, um único problema se levanta. Este quadro tão perfeito tem vindo a ser estragado pela luta sistemática das massas trabalhadoras espanholas. Onde pareceria dever reinar a paz social tão prometida; onde se deveriam erguer vozes reconhecendo transformações inexistentes: ouvem-se protestos e recusas a aceitar o velho com mau disfarce de novo. Mesmo os que se deixaram embalar nos cantos de sereia do fascismo, acordam para as realidades, sofrendo ainda os estragos de uma avaliação inconsequente da realidade política.

Em Cádiz, 15 000 operários da construção civil estiveram em greve. Registaram-se igualmente greves no sector do vidro e cerâmica. A sociedade Motor Ibérica, construtora de motores e tractores de Barcelona, despediu 1800 operários dos 5000 que se encontravam em greve desde 28 de Abril último. Foi cometido um atentado bombista contra o domicílio de um delegado sindical desta mesma empresa. Numerosos grevistas têm recebido cartas com ameaças de morte da parte de uma organização da extrema-direita.

Esta a realidade viva da Espanha de hoje.

Entretanto, o regime espanhol esforça-se por encobrir aos olhos dos povos do mundo e do seu próprio povo, o seu verdadeiro carácter, em particular os aspectos mais chocantes, menos consentâneos com a apregoada liberdade. Por determinação do ministro da Informação, todos os casos de tortura submetidos às autoridades judiciais não poderão ser referidos pela imprensa, pois tais casos constituiriam "matéria reservada", a fim de preservar "a independência dos tribunais" (!).

A morte de Franco gerou alguma instabilidade nas fileiras da reacção, mas não significou nem poderia significar a morte do franquismo. O capitalismo espanhol não está tão pobre que ficasse definitivamente despido de protecção com o fim de um seu zeloso servidor. É absurdo ligar a um homem toda uma engrenagem socio-política. Entretanto, a reacção do povo espanhol, o próprio equilíbrio mundial de forças não admite facilmente a continuidade de regimes fascistas. O fascismo espanhol tenta lavar a cara. Sem êxito.

As mais demagógicas manobras dos momentos mais "inspirados" da demagogia liberalizante, não conseguiram ocultar a face do anticomunismo, o ataque aos interesses das massas trabalhadoras. Hoje a máscara está quase desfeita. Serve para Ford e C.ª, no seu frenesim de a retocar. Para mais ninguém. Nem talvez já para os mais crédulos.

O recrudescimento da repressão em Espanha, paralelamente ao reforço da luta do povo espanhol, fala-nos da realidade que as palavras de Juan Carlos negam. Hoje como ontem a mesma polícia lança-se sobre as organizações e os dirigentes das massas operárias e trabalhadoras.

A prisão de Santiago Alvarez e Manuel Azcarate, a pesadíssima condenação pedida para Sanchez Montero, valem como um aviso.

A polícia que hoje cumpre ordens de Navarro, é a mesma que assassinou há pouco os jovens bascos. Hoje como ontem investe sobre manifestações de trabalhadores. Nos antros da polícia continua a ser praticada a tortura.

As mudanças de fundo passam pela luta unida e organizada do povo espanhol. Passam pela defesa dos seus dirigentes. E pela solidariedade internacional.

Santiago Alvarez e Manuel Azcarate, membros da Comissão Executiva do Partido Comunista de Espanha, foram presos pela polícia espanhola. Para Simon Sanchez Montero, igualmente membro da Comissão Executiva do Partido Comunista de Espanha, foi pedida a pena de 18 anos de prisão. Isto passa-se na Espanha "liberalizada", que Washington gaba pela sua evolução para a "democracia"!

Impõe-se o reforço da solidariedade com a luta do povo espanhol. Exijamos a libertação de Santiago Alvarez, Manuel Azcarate e Simon Sanchez Montero. Exijamos uma verdadeira amnistia para os presos políticos espanhóis.

PORTUGAL E A URSS PRONUNCIAM-SE PELA DEFESA DA PAZ MUNDIAL

A visita de Melo Antunes à União Soviética saldou-se de forma positiva. Deram-se novos passos no estreitamento de relações entre os dois países

"As posições dos nossos países, sobre numerosos problemas internacionais, são aproximadas" — afirmou o camarada Andrei Gromyko, ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, no decurso de um jantar em honra de Melo Antunes, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal. "É preciso notar que os nossos pontos de vista não coincidem sempre. Mas o que é importante é que ambas as partes estão prontas a ampliar a compreensão mútua acerca de numerosos problemas da situação internacional."

"Apreciamos bastante que Portugal, tão ocupado neste momento com a solução de problemas complexos da sua vida interna, tenha contribuído para garantir o sucesso da Conferência Europeia" — disse, a terminar, Gromyko — "e que a sua voz esteja a ressoar cada vez mais vibrante nos fóruns dos assuntos internacionais, em toda a sua amplitude."

A visita de Melo Antunes à União Soviética, saldou-se de forma altamente positiva e contribuiu para o estreitamento das relações entre os dois países. A comissão mista luso-soviética encarregada de elaborar o programa bienal de actividades culturais e científicas vai reunir-se brevemente em Lisboa. Realizar-se-ão também em breve as primeiras sessões das comissões mistas criadas pelos acordos de cooperação económica, científica e técnica.

Da importância dos encontros efectuados fala por si o comunicado final, de que publicamos largos extractos:

"No decurso das conversações, que se desenrolaram em atmosfera amistosa e num espírito de compreensão mútua, efectuou-se uma troca pormenorizada de opiniões sobre os problemas internacionais de interesse comum, bem como sobre as relações luso-soviéticas.

As partes portuguesa e soviética verificaram com satisfação que, depois da revolução de 25 de Abril de 1974 e do estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, os laços luso-soviéticos tiveram desenvolvimento positivo nos domínios político, económico - comercial e cultural.

A República Portuguesa e a União Soviética confirmaram o desejo de prosseguir na linha do fortalecimento das relações de amizade e de cooperação entre si, na base da igualdade e do respeito mútuo, no interesse de ambos os povos, bem como de continuar a contribuir para a consolidação da segurança europeia e internacional.

Foi sublinhada a importância, para o desenvolvimento das relações entre Portugal e a URSS, da declaração luso-soviética de 3 de Outubro de 1975, que foi o resultado de conversações ao nível mais elevado. As partes atribuem significado especial à disposição desta declaração em que se estabelece *dever ser garantido ao povo de cada Estado o direito soberano de dispor do seu próprio destino, sem qualquer interferência exterior.* As partes confirmam também a convicção de que ninguém deve tentar impor a outros povos formas de resolução dos seus assuntos internos.

A parte soviética chamou a atenção da parte portuguesa para o programa de luta pela paz e cooperação internacional, pela liberdade e independência dos povos, apresentado no XXV Congresso do PCUS.

Ao examinar o estado dos problemas mundiais, as partes acentuaram a influência favorável da "détente" em toda a situação internacional. As partes estão convencidas de que a "détente" é necessidade vital para desenvolver as relações de cooperação em pé de igualdade entre Estados com sistemas sociais diferentes, na base dos princípios da coexistência pacífica, e de que, nas condições actuais, não há alternativa real para a "détente".

As partes confirmaram a importância que atribuem à Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa como acontecimento de amplo significado internacional. Consideram importante que o acto final da Conferência, sendo um programa elaborado colectivamente e orientado em todo o seu conteúdo para aprofundar a "détente", seja realizado integralmente na prática por todos os Estados participantes.

Referindo-se às perspectivas do desenvolvimento ulterior da cooperação pacífica e da boa vizinhança na Europa, as partes examinaram, num espírito construtivo e tomando em conta particularmente os trabalhos em curso, as propostas soviéticas sobre a realização de congressos ou conferências europeias interestatais para os assuntos de cooperação no domínio da protecção do meio ambiente, do desenvolvimento dos transportes e da energia.

Ambas as partes estão convencidas de que se impõe a intensificação dos esforços orientados no sentido de diminuir a confrontação militar e contribuir para o desarmamento por forma a complementar a "détente" política com a militar. Neste contexto, as partes exprimiram o desejo de se conseguirem progressos sensíveis na redução das Forças Armadas e armamentos na Europa Central, sem causar prejuízo à segurança de qualquer Estado.

A parte portuguesa apreciou positivamente a iniciativa soviética para a conclusão de um tratado mundial sobre o não emprego da força nas relações internacionais."

E o comunicado prossegue:

Portugal e a União Soviética pronunciam-se a favor da convocação, dentro do mais curto prazo possível e com a participação de todos os Estados, de uma conferência mundial para o desarmamento e consideram que ela poderá dar contribuição importante para a solução do problema do desarmamento.

Ambas as partes concordam em que uma paz justa e duradoura no Médio Oriente só pode ser conseguida sob condição da retirada das tropas israelitas dos territórios árabes ocupados em 1967, da satisfação dos legítimos direitos nacionais do povo árabe da Palestina, incluindo o direito à autodeterminação e à existência própria como Estado, e da garantia da segurança e independência de todos os Estados da região.

Portugal e a União Soviética manifestam-se a favor da renovação da Conferência de Paz de Genebra para o Médio Oriente, com a participação, desde o começo e em pé de igualdade, de todos os países directamente interessados e a inclusão da Organização de Libertação da Palestina.

As partes pronunciam-se a favor da eliminação da discriminação e de quaisquer outras barreiras artificiais no comércio internacional, da liquidação de todas as manifestações de desigualdade, imposição e exploração nas relações económicas internacionais. As partes trocaram os seus pontos de vista sobre as questões respeitantes a uma reestruturação das relações económicas internacionais.

Ambas as partes confirmaram a coincidência das suas posições de princípio no que se refere à descolonização e pronunciaram-se unanimemente pela liquidação de todos os vestígios da opressão colonial, das violações da igualdade de direitos e da independência dos povos, de todos os focos de colonialismo e de racismo."

PORTUGAL — GUINÉ-BISSAU AMIZADE REFORÇADA

Fazendo face às naturais dificuldades que comporta um verdadeiro processo de descolonização, e muito em particular vencendo os múltiplos escolhos com que a reacção se tem esforçado por impedir fraternas relações entre os povos de Portugal e das ex-colónias — estão a ser dados neste momento passos importantes para a superação de dificuldades e o restabelecimento ou reforço das relações entre os nossos países.

Na sua passagem por Lisboa, o camarada Luís Cabral, Presidente da República da Guiné-Bissau, manteve frutíferas conversações com o general Costa Gomes.

"As relações que Portugal quer manter com as suas ex-colónias — afirmou o general Costa Gomes — são relações entre países irmãos que respeitam plenamente a soberania de cada um dos Estados que hoje constituem as ex-colónias portuguesas mas, ao mesmo tempo, são também sentimentos de muita fraternidade, muita amizade e muito carinho."

A resolução do contencioso colonial com a Guiné-Bissau, entrará brevemente numa 5.ª fase de negociações, abrindo perspectivas de completa normalização nas relações entre os dois países.

"Estamos optimistas e as negociações vão continuar — afirmou Luís Cabral — estando seguro que tanto do lado português como do nosso vamos procurar abrir caminho para que possamos encontrar um resultado definitivo para o contencioso colonial e abrir uma nova página nas relações entre os dois povos e os dois Governos."

Também em relação à República Popular de Angola se dão passos para a necessária normalização de relações. Na sequência de uma reunião preparatória da cimeira da CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das ex-Colónias Portuguesas), um porta-voz do MPLA afirmou: "Há um interesse mútuo em desbloquear esta situação e é nesse sentido que estamos a fazer todos os esforços."

Nem todos comungam nestes esforços. Os que tentam impedir uma normalização tão importante para a vida dos povos dos nossos países, não falam em encontros. A sua voz é a voz da violência ou da intriga. A sua voz faz-se ouvir pelo deflagar de bombas, como foi o caso do atentado à Casa de Moçambique, que atingiu as instalações das organizações de amizade com a Guiné-Bissau e com Angola.

"Faço votos para que a grande vitória, alcançada a 25 de Abril, se possa consolidar cada vez mais, para fazer de Portugal uma pátria de democracia, de progresso e de felicidade para todos os portugueses" — afirmou Luís Cabral.

Esta a verdadeira voz da solidariedade que une os nossos povos.

BREVES NOTÍCIAS DE ÁFRICA

- As primeiras eleições para a formação de um governo em Angola realizam-se no dia 27 de Junho.
- Angola foi oficialmente admitida como 154.º membro da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCE). Entretanto, em Genebra, a República Popular de Moçambique tornou-se o 131.º estado membro da Organização Internacional do Trabalho (OIT).
- Correspondendo ao apelo do secretário-geral da ONU, doze países ofereceram já um auxílio a Moçambique, destinado a permitir que este país supere as dificuldades económicas que lhe advêm do cumprimento das sanções económicas contra o regime de Smith.
- Decorreram em S. Tomé os trabalhos preparatórios da conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (em fase de reestruturação).
- Realizou-se em Cabo Verde um Encontro de Juristas Guineenses e Caboverdianos, tendo como objectivos principais «adaptar o direito positivo às realidades de uma sociedade socialista, expurgar o Código Civil dos conceitos individualistas que o enformavam e determinar as formas de institucionalização dos tribunais populares».
- Deslocou-se à Jugoslávia, em visita oficial, o camarada Luís Cabral, presidente do Conselho de Estado da Guiné-Bissau.
- De Janeiro a Abril deste ano, a produção da fábrica de sapatos UFA, em Moçambique, aumentou a sua produção em 100%. Em Março, os donos da fábrica, depois de praticarem uma série de fraudes e de a deixarem em estado caótico, abandonaram-na, pelo que esta passou para o controlo do Estado. Assim, a partir daí, a produção tem aumentado bastante, e poderia mesmo aumentar mais, não fosse a falta de matéria-prima.
- A República Popular de Angola está em vias de ultrapassar uma nova etapa de concretização das suas opções revolucionárias e de grandes vitórias do povo angolano. O presidente Agostinho Neto anunciou a aplicação próxima de uma Reforma Agrária que tem como objectivo a eliminação da exploração dos trabalhadores e a promoção de novas formas de produção agrícola pela criação de estruturas adequadas. Esta acção de grande envergadura será feita de acordo com o princípio «A TERRA A QUEM A TRABALHA».

CINEMA POLACO

Por iniciativa do Comité de Amizade Portugal-Polónia, e com o apoio da Direcção-Geral da Acção Cultural, foi exibido na passada sexta-feira, no S. Luís, o clássico do cinema polaco "Prémios e Condecorações", de Jan Lomnick, seguido de debate.

Simultaneamente, esteve exposto no "hall" da sala um certame com fotografias e cartazes da República Socialista da Polónia.

Cerca de dois mil trabalhadores da LISNAVE, que se deslocaram em 21 autocarros e mais de uma centena de automóveis, entregaram no passado domingo aos operários agrícolas da Cooperativa de Barcouço (Coimbra) um tractor e diversas alfaias agrícolas, numa demonstração efectiva de apoio e de solidariedade para com os camponeses empenhados numa das mais importantes conquistas da Revolução: a Reforma Agrária. Durante a sessão informal da entrega, que decorreu no campo de futebol do Barcouço, falaram vários elementos da LISNAVE e da cooperativa, de comissões de trabalhadores e moradores, um representante da CRARA e o dr. Pitacas Antunes

NÚMEROS EXCEPCIONAIS NA COLHEITA ALENTEJANA

Na primeira linha do processo democrático, a Reforma Agrária mostra do que é capaz a firmeza revolucionária e o esforço abnegado dos trabalhadores alentejanos

A produção agro-pecuária deve atingir os 30 milhões de contos, este ano em Portugal. Tamanha produção de bens agrícolas, nunca alcançada no nosso país, não constitui apenas um motivo de justo regozijo. Será, antes de mais, a prova de que os trabalhadores portugueses estão no caminho certo, que a consolidação e defesa da Reforma Agrária (cerca de 6250000 contos atingirá a colheita de cereais este ano no Alentejo) deve prosseguir sem que lhe falta nenhum apoio.

E de apoio firme bem precisa este êxito nunca igualado pela agricultura alentejana. O esforço sobre-humano dos trabalhadores, de muitos pequenos e médios agricultores, não pode ficar à mercê do fogo. As ameaças criminosas e o despeito assassino dos latifundiários, já se manifestam contra as searas alentejanas, contra os trabalhadores organizados. Gostariam de repetir, desta vez no Alentejo, a façanha do Verão passado: 800 mil contos de prejuízos por meio de fogo posto em matas do norte e do centro do País.

Mas a vigilância aumenta e o apoio também. Os trabalhadores, dispostos a defender o que é seu e de todo o povo, terão a seu lado, dia e noite, um aparelho de vigilância e de ataque ao fogo que contará com os militares da Região Militar do Sul, com o apoio da Força Aérea, com a participação dos sindicatos agrícolas, das ligas de pequenos e médios agricultores, do Serviço Cívico, dos governos civis, das câmaras municipais, das corporações de bombeiros, dos Serviços Florestais, da GNR, da Guarda Fiscal e de companhias de seguros.

Os incendiários não encontrarão os trabalhadores desprevenidos. Poderão ameaçar que *a seara está boa, mas é para queimar* que *a reforma agrária é o tempo de um fósforo*! Encontrarão pela frente quem os contrarie com decisão e firmeza.

Dentro de dias estarão maduras no Alentejo cerca de 800 mil toneladas de trigo, 250 mil toneladas de aveia e cevada, 200 mil toneladas de centeio, num total de 1250 mil toneladas de cereal de Invemo.

É muito suor para um fósforo!

Está tudo a postos. As medidas de defesa não faltarão. Os trabalhadores, os camponeses, os militares e as forças militarizadas saberão proteger essa riqueza que,pela primeira vez na história, não caberá em quinhão aos que exploram, aos que incendeiam e matam.

Mas doutros apoios necessita ainda a Reforma Agrária. Necessita de máquinas, de adubos, de créditos, de capacidade de armazenagem. Ainda recentemente veio a público que o Instituto dos Cereais, dependente do Ministério do Comércio Interno, não dispõe de armazéns suficientes para a excepcional colheita alentejana. É necessário que as medidas já anunciadas por aquele Instituto tenham realização prática em tempo útil.

Tem de ser ultrapassado o campo das promessas, que mais tarde não se cumprem. Os receios manifestados por dirigentes sindicais são legítimos. "No ano passado, também falaram em garantias desse género" — afirmava, há dias, um dirigente do Sindicato dos Operários Agrícolas de Beja. Mas "a verdade é que tanto as grandes herdades como os pequenos agricultores tiveram enormes dificuldades em ver-se livres da cevada e da aveia" porque o Instituto não conseguiu arranjar armazenamento para esses cereais.

O êxito espectacular da colheita cerealífera, deve-se ao esforço e à organização dos trabalhadores, aos quais se tem vindo a juntar um número cada vez maior de pequenos e médios agricultores. Mas falta maquinaria, faltam meios de transporte, falta o dinheiro para investir nos equipamentos imprescindíveis.

Se com todas essas carências e dificuldades a Reforma Agrária deu resultados que ultrapassam todas as previsões, mal seria que esse esforço viesse algum dia a perder-se por falta de recursos técnicos.

A prova está feita. A Reforma Agrária não deu prejuízo. Deu, pelo contrário, grandes lucros ao país, à economia nacional. Os trabalhadores apresentam provas irrefutáveis da sua responsabilidade e competência. Cairam por terra as calúnias dos grandes agrários, da CAP, do PPD, do CDS. As searas estão de pé. Todos as podem ver e pesar o fruto que darão.

É necessário agora que o esforço destes dois anos tenha a contrapartida que ninguém pode recusar. E ela passa sobretudo pela ajuda diversificada às iniciativas dos trabalhadores por parte dos órgãos do poder, seguindo o exemplo admirável da solidariedade do movimento popular de massas que, na prática da aliança entre operários e camponeses, vê na Reforma Agrária uma conquista a defender como a menina dos olhos, para que avance a caminho do socialismo o processo democrático em Portugal.

ADMITE-SE QUE UM TRIBUNAL DESPREZE A CONSTITUIÇÃO?

Pode um juiz violar a legalidade democrática?

A Constituição da República Portuguesa entrou em vigor em 25 de Abril findo. Que pensará sobre tal facto o sr. Juiz Azevedo Coutinho que, há dias, em Matosinhos, durante uma sessão do julgamento do provocador Fernando Barradas, se referiu ao "aventureirismo oportunista" do PCP,' "na sua ânsia de poder político e económico"? É fazendo coro com o provocador, a quem os do mesmo estofo chamam jornalista, que se respeita a Constituição como um tribunal tem obrigação estrita de fazer? É falando nesses termos, em audiência pública, que se dignifica a magistratura e os tribunais que, segundo a Lei Funbdamental, são "orgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo"?

Os considerandos que rodearam a sentença evidenciaram ideias peculiares acerca da independência de um tribunal, a quem nos termos constitucionais incumbe, entre outra funções, "reprimir a violação da legalidade democrática". Foi esquecido que o Partido Comunista Português é um Partido legal e democrático, **que não estava a ser julgado no tribunal que absolveu o provocador Fernando Barradas.**

Não parece que um juiz possa fazer juízos injuriosos sobre o Partido Comunista Português com base seja no que for e muito menos com base nas calúnias provadas do jornal pro-fascista "O Comércio do Porto".

Trata-se de um acto público, no exercício de uma função pública, de uma conversa doméstica ou de café. O anticomunismo das afirmações produzidas colocou um juiz a fazer política — anticomunista neste caso — num tribunal, no exercício da sua função de julgar, desprezando a dignidade própria, a Lei e os princípios democráticos mais elementares.

Mas este caso não é único. Outros há que atropelam claramente a Constituição e os direitos que consagra. As injúrias contra o Chefe do Estado português são absolvidas perante o gáudio da imprensa fascista e da direita reaccionária, que arvoram insultos, difamações, baixo estofo moral e incompetência jornalística em manifestações louváveis de "crítica" e de "liberdade de imprensa"!.

Os fascistas abraçam-se em tribunal depois das farsas a que chamam julgamentos e sentenças. Democratas e militares de Abril são enxovalhados em pasquins que fazem da ilegalidade impune a sua prática diária. Jornais como "A Luta" e a "Rua" inventam graves insinuações, o primeiro contra um país socialista a propósito de uma importação autorizada, que obriga o Estado Maior das Forças Armadas a publicar uma nota oficiosa repondo a verdade dos factos.

A democracia não pode ser enxovalhada diariamente, ainda por cima em seu nome. A tarefa de julgar tem de ser cumprida de acordo com a Constituição. A independência dos tribunais e a liberdade de imprensa não podem servir para que gente sem escrúpulos utilize essas conquistas contra o processo democrático e os direitos constitucionais dos cidadãos.

NA UNIDADE OS TRABALHADORES DEFENDEM AS CONQUISTAS DA REVOLUÇÃO

Representates de mais de cem mil trabalhadores de Lisboa reafirmaram a sua disposição de defender a Constituição, as nacionalizações, o controlo operário e a Reforma Agrária

Mais de cem mil trabalhadores da cintura industrial de Lisboa estiveram representados no Encontro das Comissões de Trabalhadores desta região que decorreu no passado sábado nas instalações da Carris, em Santo Amaro, e à qual também compareceram os conselhos de trabalhadores do Seixal e de Odivelas e o secretariado das Comissões de Trabalhadores do Porto.

Analisando a questão das eleições para a Assembleia da República e respectivos resultados, os representantes dos cem mil trabalhadores concluiram que esse resultado "teve reflexos positivos nas lutas em curso desenvolvidas pelos trabalhadores".

Mas, no entanto e apesar "dos trabalhdores terem votado pela democracia e pelo socialismo, por uma maioria de esquerda, continua a não haver clarificação necessária duma linha de orientação política, que sirva acima de tudo os trabalhadores e o nosso povo".

Nas conclusões finais do encontro, em que denunciaram "as tentativas de recuperação capitalista e os avanços da direita reaccionária, perante a pasividade de alguns órgãos de poder constituídos", os trabalhadores da cintura industrial de Lisboa acentuam:

"Existe a necessidade histórica da unidade dos trabalhadores para que, através dessa unidade e da organização, possamos lutar contra o capitalismo, forçando a que o Governo, independentemente de tal ou tal formação, governe com os trabalhadores e nunca contra eles".

CONTRA A POLÍTICA ANTIPOPULAR E ANTIOPERÁRIA

Noutro passo das conclusões do encontro, os trabalhadores, depois de salientarem que "nunca apoiarão homens mas sim uma prática política". reafirmam que combaterão "toda e qualquer política antioperária e antipopular".

O prosseguimento do processo democrático e revolucionário para além do futuro Governo, para além de qualquer eleição, foi igualmente reafirmado pelos delegados das comissões de trabalhadores da cintura industrial de Lisboa, que acentuam a sua firme disposição de conduzirem o processo até ao fim da exploração do homem pelo homem.

Os trabalhadores reunidos nas instalações da Carris salientaram ainda a sua firme disposição de exigir a aplicação prática dos artigos da Constituição respeitantes aos interesses dos trabalhadores, bem como a sua intenção de combater vigorosamente qualquer tentativa que vise esvaziar o seu conteúdo progressista.

Aliás, foi igualmente decidido afixar jornais de parede nas empresas com os artigos consagrados no texto constitucional que contenham matéria de interesse para as massas trabalhadoras, bem como a promoção de plenários e a publicação de textos e documentos de análise ao texto constitucional.

DEFENDER O CONTROLO OPERÁRIO

Particular importância foi dedicada a uma das mais importantes conquistas revolucionárias do povo português, consagrada aliás na Constituição e diariamente defendida pelas massas trabalhadoras perante as manobras do patronato e as tentativas de recuperação capitalista: o controlo operário.

A este respeito decidiu-se que "as experiências vividas nas empresas nacionalizadas ou com intervenção do Estado — Petrogal, CUF, J. F. dos Santos, J. Pimenta, UEP, UTIC e Mague — são documentos comprovados da iniciativa criadora das massas trabalhadoras, que estão de facto interessadas no avanço e reforço da nossa economia nacional, ao serviço do povo português e não do capitalismo nacional e estrangeiro".

Os trabalhadores concluiram, igualmente, que existe a necessidade de "legislação aplicável ao controlo operário por parte do Governo, a fim de evitar que a ambiguidade beneficie a CIP e seus representantes".

Ainda a respeito do controlo operário os representantes das comissões de trabalhadores aprovaram uma moção na qual, depois de considerarem o controlo operário uma das bases fundamentais para o avanço do processo democrático e revolucionário, afirmam:

"Apesar das dificuldades levantadas pelo capitalismo reaccionário, e até pelos orgãos do poder constituídos, com desrespeito pela própria deliberação do Conselho da Revolução, a classe operária e os trabalhadores em geral têm desenvolvido uma acção prática e positiva de controlo operário, nomeadamente nas empresas nacionalizadas ou com intervenção do Estado, que resultam beneficamente para os interesses da economia nacional e dos trabalhadores. O capitalismo, através da CIP, está de novo a tentar recuperar as empresas e impedir a participação dos trabalhadores na vida das empresas por inexistência de legislação adequada".

Nos termos da referida moção exige-se do governo a imediata publicação da lei do controlo operário, "auscultando e incluindo as experiências dos trabalhadores nesta matéria, a fim de salvaguardar a economia nacional e reconhecer esta conquista revolucionária como aponta a própria Constituição".

DEFESA DOS INTERESSES E CONQUISTAS DOS TRABALHADORES

Outras duas moções aprovadas por unanimidade e aclamação pelos representantes de mais de cem mil trabalhadores da cintura industrial de Lisboa diziam respeito à Assembleia da República.

A primeira é do seguinte teor: "Ao ter conhecimento de que alguns grupos parlamentares da Assembleia da República estão na disposição de aprovar uma proposta de 18900 escudos de subsídio, para além das regalias excedentes, inerentes ao cargo de deputados, as Comissões de Trabalhadores (...) consideram tal proposta imoral e contraditória com as afirmações de alguns dirigentes políticos e governamentais que exigem ao povo austeridade e sacrifícios. Bom seria que os deputados eleitos fossem os primeiros a dar o exemplo, tendo em conta a economia nacional".

Na outra moção aprovada respeitante à Assembleia da República exige-se: "Uma prática política que vise no fundamental a defesa dos interesses e conquistas das massas trabalhadoras e do nosso povo. Mais exigem, o respeito pela Constituição aplicada na prática, desmascarando qualquer Santa-aliança, tanto na Assembleia da República como no futuro Governo, com as forças do capital com assento em S. Bento, porque isso era contrariar o voto de esquerda e a maioria de esquerda, apontado pelo povo nas últimas eleições".

CONTEM CONNOSCO PARA A DEFESA DO PÃO!

Finalmente, foram ainda aprovadas uma proposta e uma moção. A proposta, depois de considerar que muitos dos órgãos de comunicação social "vêm há uns meses a esta parte desprezando os reais interesses das massas trabalhadoras deste país, não relatando as suas lutas de libertação do domínio económico e político dos exploradores" e que "muitos dos órgãos de comunicação estão, neste momento, ao serviço de CIP's e CAP's e de forças não dispostas a aceitar o socialismo", salienta:

"O Executivo do Secretariado da CIL actue junto das Comissões de Trabalhadores dos Órgãos de Comunicação no sentido de integrar os trabalhadores deste ramo de actividade na luta geral dos trabalhadores, para que sejam ganhos para a luta que se tem de desenvolver nas suas empresas para as levar à formação e informação honesta dos trabalhadores rumo ao Socialismo".

"Camaradas, companheiros de luta — afirma a moção — vós que désteis o exemplo revolucionário da Reforma Agrária, comprometemo-nos a dar todo o nosso esforço a todos os níveis, para que a Reforma Agrária avance! A vossa luta também é a nossa luta! A vossa Revolução é também a nossa Revolução! Contem connosco nos próximos meses para a defesa do pão e da própria liberdade de que é também a nossa."

UEC DEFINE OS OBJECTIVOS DA SUA ACTIVIDADE FUTURA

A União dos Estudantes Comunistas promoveu no domingo um importante Encontro, efectuado nas instalações do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, e que registou a presença militante de 270 delegados do ensino superior e do ensino secundário de todo o país.

A oficialização da UEC constituiu o tema dominante dos trabalhos do Encontro, a par da análise e da definição das direcções fundamentais de acção para o Movimento Estudantil, relativamente aos próximos meses.

Outro ponto importante debatido, foi a eleição dos novos membros para a Comissão Central. Nesta perspectiva, foi apontado o alargamento do seu colectivo como resultado da implantação e da força mobilizadora que a União dos Estudantes Comunistas possui no seio das massas estudantis.

Além de ter sido aprovada a oficialização, os camaradas da UEC elaboraram um documento final, resultado não só do diálogo que se gerou no Encontro, mas também de um amplo debate que teve lugar em todos os seus sectores, com base num anteprojecto que já tinha sido distribuído para análise.

No referido documento salientam-se as seguintes coordenadas de planeamento e acção: *"reforço do movimento associativo; desenvolvimento de actividades culturais, recreativas, de convívio e desportivas; luta para a concretização da Reforma Geral e Democrática do Ensino"*.

Foi deliberado durante o Encontro executar nas próximas semanas um trabalho profundo de apoio à candidatura do camarada Octávio Pato, "na certeza da excepcional importância que este acto político tem para a institucionalização da democracia portuguesa, nos termos da Constituição, ou seja no respeito das liberdades democráticas e das outras conquistas da Revolução, designadamente as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário e a gestão democrática".

No decorrer do Encontro foi aprovada a seguinte saudação:

Os estudantes comunistas dos diversos graus de ensino do Norte do país, delegados ao Encontro de Delegados da UEC, saúdam o Comité Central do Partido Comunista Português pelas resoluções tomadas no que respeita às eleições presidenciais.

Conscientes da complexidade da situação que se vive, agravada pelas posições dos partidos da reacção em torno das candidaturas, estamos certos que a candidatura do camarada OCTÁVIO PATO constitui um importante contributo para a estabilidade e avanço do processo democrático, com base na transformação da actual maioria numérica de esquerda num governo e numa política de esquerda.

Manifestamos a nossa firme disposição em garantir que a campanha eleitoral do nosso Partido constitua um importante factor de mobilização dos estudantes para os ideais da democracia e do socialismo.

Guiados pelos nobres princípios do marxismo-leninismo e sob a direcção da classe operária e do seu Partido, o PCP, saberemos percorrer o tortuoso caminho da Revolução até à vitória final.

A LIGA DENUNCIA GRANDES AGRÁRIOS

A CAP "alberga no seu seio a maior parte dos grandes agrários e latifundiários do País, expropriados ou em vias de expropriação, os intermediários, os negociantes de gado, etc., classes que sempre exploraram e pretendem continuar a explorar, na actualidade, os pequenos e médios agricultores" — lembra o Secretariado da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Beja, num comunicado de alerta contra "as manobras antidemocráticas e direitistas da chamada Confederação dos Agricultores de Portugal.

Depois de referir que os actuais membros da CAP tiveram durante o fascismo todo o poder para, se quisessem, melhorar as condições de vida e de trabalho dos pequenos e médios agricultores, mas nunca o fizeram, antes os exploravam "para construir bons prédios e adquirir acções da Bolsa com que especulavam (quantos milhares de contos devem os agrários à Banca nacionalizada?)" a LPMA reafirma:

"A CAP é contra a lei da expropriação dos grandes latifúndios; contra o cumprimento da Lei do Arrendamento Rural; contra a formação de cooperativas agrícolas; contra a Reforma Agrária e contra tudo o que seja a melhoria de vida de quem trabalha, batendo-se renhidamente pela restituição das terras aos grandes latifundiários e pelas indemnizações e continua a incentivar e a alimentar a existência dos intermediários exploradores e toda a corja de indivíduos que vivem do suor dos pequenos e médios agricultores, pretendendo um regresso ao passado, aos "bons e velhos tempos", da ditadura de Salazar, Tomás e Caetano, para que continuem a explorar e oprimir os agricultores e os trabalhadores em geral."

DE NOVO A BATATA ESCASSA E CARA?

A escassez e o preço elevado da batata de semente para a presente campanha afligiram muitos agricultores. O mesmo sucedeu, no final do ano passado, com a batata de consumo, cujos preços subiram assustadoramente. Prevendo situação idêntica, ou pior, para este ano, a Comissão Distrital da Guarda do PCP, "atenta aos problemas que afligem a lavoura da região" põe de sobreaviso todos os agricultores e "recorda que a sua organização e unidade são indispensáveis para a defesa dos seus interesses".

Reclamando "que sejam tomadas medidas a nível do Governo para que os agricultores não fiquem mais uma vez prejudicados", bem como os consumidores, aquela Comissão Distrital do PCP pergunta:

"Vão os armazenistas-intermediários de novo açambarcar a batata em grandes quantidades, comprando-a barata e depois vendendo-a a preços especulativos?

Vão de novo os agricultores ter que vender a sua batata ao desbarato, apesar de existirem preços de garantia fixados, para que esta não apodreça devido a não terem condições de armazenamento?

Será que o Ministério do Comércio Interno (PPD) vai ficar de braços cruzados sem fazer nada?

O que é que o sr. ministro Magalhães Mota fez para resolver os problemas de armazenamento?

É preciso que a batata seja armazenada em boas condições para se não estragar.

É preciso que logo à colheita, como foi estabelecido oficialmente, seja pago a pronto a todos os pequenos e médios agricultores, que queiram entregar a sua produção de batata à JNF, a preço de garantia.

É preciso que desde já seja preparado todo o transporte e escoamento da batata."

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A distribuição de «O Militante» assenta nos Centros de Trabalho (e nas assinaturas).

É indispensável que os organismos do Partido, desde os mais responsáveis aos menos responsáveis, organizem a venda de «O Militante» pelas respectivas organizações.

A divulgação de «O Militante» entre os membros do Partido passa a ser uma tarefa orgânica importante.